

**Política Ambiental e Mecanismos
de Gestão Participativa: Um Estudo de
Caso na Guiné-Bissau**

por

Lassana Sanó

Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão do
Ambiente

Orientada por:

Dr. Maria Cristina Guimarães Guerreiro Chaves

2016

Nota biográfica

Lassana Sanó nasceu a 22 de Fevereiro de 1982, na Guiné-Bissau. Em 2005 ingressou na Universidade Federal de São Carlos – SP Brasil, onde concluiu o curso de bacharelato em Ciências Sociais com classificação final de 10/10 valores. Durante o ano de 2008/09 foi membro de Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped) “Sociedade e Recursos Hídricos” onde desenvolveu estudos no âmbito da iniciação científica sobre impactos sociais das mudanças climáticas. Em 2010 ingressou no mestrado em Economia e Gestão do Ambiente pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e teve de interromper o curso por motivos financeiros. Em 2015, pediu reingresso para concluir e foi admitido. Presentemente, encontra-se a trabalhar e desenvolver a pesquisa para conclusão do mestrado.

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com importantíssimos apoios e incentivos sem os quais não seria possível a sua execução e conclusão, aos quais estarei eternamente grato.

Em primeiro lugar, dedico este trabalho aos meus queridos pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional que sempre souberam dar-me em todas as circunstâncias da minha vida.

À professora Dr^a Dr. Maria Cristina Guimarães Guerreiro Chaves, pela sua orientação, apoio incondicional desde os primeiros momentos deste percurso, pela demonstração de vontade de transmitir o conhecimento, total colaboração no solucionar de dúvidas e problemas que foram surgindo ao longo da realização deste trabalho, mostrando-se disponível e despertando em mim o entendimento de que fazer ciência é uma tarefa árdua e compromisso que se tem, a fazer ciências, de se envolver com assuntos que dizem respeito às pessoas e suas vidas, exige que tenhamos cuidado e respeito. Devo esse entendimento, sem dúvidas, à ela que acreditou em mim e sempre me mostrou que a seriedade em fazer ciência, o respeito mútuo com que participa da pesquisa e trabalho em equipe são fundamentais não só para um bom profissional, mas também para se tornar um ser humano consciente.

A todos os professores da Faculdade de Economia- Universidade do Porto, que foram igualmente tão importantes na minha vida académica e no desenvolvimento deste trabalho.

À toda estrutura de AMPC-Urok, ONG Tiniguena, membros do Comité de Gestão e especialmente a população local, pelo acolhimento ao meu projeto, pelo apoio total que foi-me dado durante a pesquisa, pelo aprendizado, pela sua colaboração que foi de extrema importância para que este trabalho se torne realidade. Um especial agradecimento ao Rui Jorge e Midana, pela demonstração de amizade e acolhimento. Ao Hernane e Júlio responsáveis pelo Barco que levou-me para Formosa e ao Baba que me guiou durante a pesquisa.

Por último, tendo a consciência que sozinho nada disto teria sido possível, dirijo um agradecimento especial à Diana que esteve do meu lado, acompanhou ao longo desse tempo todos os bons e maus momentos da minha vida.

Resumo

A criação de áreas protegidas insere-se dentro do quadro de medidas estratégicas para conservação da biodiversidade e ecossistemas através dos mecanismos institucionais que constituem política ambiental em vários países. Não obstante, a implementação da política de criação de áreas protegidas tem sido foco de tensões sociais e a base para exclusão na medida em que negligencia a dimensão socio cultural das populações rurais isoladas. Este trabalho tem como tema a Política Ambiental e Mecanismos de Gestão Participativa: Um Estudo de Caso na Guiné-Bissau. Aborda as questões referentes à gestão participativa na Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas que constituem o complexo Urok na Guiné-Bissau como um espaço de interação entre vários atores envolvidos num processo de conservação da biodiversidade e gestão de uso dos recursos da comunidade. Procuramos analisar quais os fatores determinantes na mobilização desses atores para gestão dos recursos naturais comuns dentro de um regime de gestão participativa. Conclui-se que a criação de AMPC-Urok visou a conservação de recursos comuns em prol da comunidade, sendo uma iniciativa tomada a partir da identificação das necessidades locais e de factores de ordem cultural como elemento da convergência de interesses e incentivo à iniciativa coletiva.

Palavras-chave: Áreas ambientais protegidas; Acção social; Guiné-Bissau.

Abstract

The creation of protected areas falls within the strategic framework of measures for conservation of biodiversity and ecosystems through institutional mechanisms that constitute environmental policy in several countries. Nevertheless, the creation of protected areas policy has been the issue of social tensions and the basis for exclusion of isolated population in many areas. This work has the theme Environmental Policy and Participative Management Mechanisms: A Case Study in Guinea-Bissau, addresses the issues of participatory management in Community Marine Protected Area in Guinea-Bissau as a space interaction between various actors involved in biodiversity conservation process and use community resources management. We tried to analyze what are the determining factors in the mobilization of these actors for the management of shared natural resources in a participatory management regime. We concluded that the creation of AMPC-Urok aimed the conservation of common resources for the community, being an initiative starting from the identification of local factors and needs of the cultural order as convergence of the element of interest and incentives for collective initiative.

Keywords: Protected environmental areas; Social action; Guinea Bissau.

Conteúdo

1. Introdução	8
2. Enquadramento - Ação coletiva nos recursos naturais comuns	11
2.1. Áreas protegidas - Breve descrição	11
2.2. Hardin versus Ostrom	15
2.3 Ação Coletiva	19
2.4. Gestão Participativa de Recursos Naturais Comuns	22
3. Estudo de Caso – Aplicação à AMPC-Urok na Guiné Bissau	29
3.1. Metodologia	29
3.2. O estado do Ambiente na Guiné-Bissau	32
3.3. Áreas Protegidas no Contexto Nacional da Guiné-Bissau	35
3.4. Breve Caracterização da Região da Pesquisa, Área Marinha Protegida Comunitária – Urok (AMPC)	37
3.5. - Contextualização Socioeconómica de AMPC-Urok	41
4. Construção do Inquérito e Análise dos Resultados	43
4.1. Usuários dos Recursos ou Atores	44
4.2. Recursos Unitários, Sistema de Recursos e Sistema Ecológico	46
4.3 Configuração Sócio-Político-Económica, Interações e Resultados	48
4.4. Sistema de Gestão	53
5. Conclusões	57
6. Referências	59
Anexo 1.....	62
Anexo 2.....	64

Índice de Figuras

Figura 1. Crescimento das áreas terrestres protegidas entre fins do século XX e início do XXI.....	12
Figura 2. Percentagem de áreas protegidas de acordo com os respetivos continentes.....	13
Figura 3. Categorias para aplicação de áreas de proteção ambiental.....	14
Figura 4. Níveis de participação de acordo com Arnstein.....	23
Figura 5. Esquema de ação segundo Ostrom (2009).....	30
Figura 6. Localização das áreas protegidas na Guiné-Bissau.....	36
Figura 7. Mapa das 3 zonas do ambiente das ilhas Urok.....	39
Figura 8. Percentagem dos inquiridos por sexo.....	46
Figura 9. Distribuição dos entrevistados de acordo com suas habilitações escolares.....	49
Figura 10. Prevalência do ramo de atividade económica.....	49
Figura 11. Principais usuários dos recursos naturais.....	49
Figura 12. Tabela sobre respostas em relação ao cumprimento da legislação	51
Figura 13. Tabela das respostas em relação às sanções	51
Figura 14. Tabela de respostas referentes à percepção de políticas públicas.....	54
Figura 15. Tabela percentual de respostas em relação à ocorrência de conflitos e compartilhamento de informações.....	55

(..) o que quer o Homem africano é ter a sua própria expressão política e social – independência. Quer dizer, a soberania total do nosso povo no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça o progresso que tem direito como qualquer povo do mundo!
(Cabral, 1973).

1. Introdução

Nos últimos tempos o debate sobre as questões ambientais tem marcado a pauta das discussões a nível internacional. As constatações das consequências das alterações climáticas tornaram-se cada vez mais evidentes em diferentes esferas da sociedade. O nível de alerta sobre a vulnerabilidade da população mundial face aos danos ambientais tem sido objecto de estudo numa óptica multidisciplinar e tem servido como base de fundamentação das políticas estratégicas de diferentes autoridades no âmbito global e local.

As diferentes publicações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), de sua denominação em inglês Intergovernmental Panel on Climate Change, relata cenários de potenciais vulnerabilidades decorrentes de alterações climáticas e conseqüentemente mudanças significativas em diferentes ecossistemas a nível global.

A diversidade biológica é colocada no centro do debate devido à crescente preocupação com a extinção de importantes espécies animais e vegetais que por outro lado são importantes para assegurar a sobrevivência humana. Entretanto, as consequências das alterações climáticas abrangem todas as esferas e deixa de ser uma preocupação simplesmente com o ambiente físico no âmbito da sua manifestação no clima, mas envolve também a dimensão socioeconómica, dimensões sociais, políticas e institucionais que estão relacionadas com essa problemática. O debate sobre as medidas para mitigar as consequências das alterações climáticas assenta sob a ótica multidisciplinar que passa por entendimento da ligação existente entre o bem-estar humano, social e a conservação da biodiversidade.

Partindo desta perspectiva, as políticas ambientais surgem como resultado de preocupações com a necessidade de criar mecanismos estratégicos para fazer face às alterações climáticas considerando os aspectos socioeconómicos através duma abordagem mais abrangente referente ao reconhecimento da interdependência entre o bem-estar humano e social e a conservação dos recursos naturais a nível internacional tornando-se instrumentos políticos importantes tais como a Convenção sobre Diversidade Biológica e os objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Do mesmo modo, as áreas naturais protegidas surgem como instrumentos do plano estratégico global para a conservação de ecossistemas e biodiversidade através dos mecanismos de delimitação de espaços físicos naturais, pelo ordenamento de gestão e uso de recursos comuns dentro deles. Contudo, perante a necessidade de conservação da biodiversidade e os recursos naturais através de adoção de medidas que restringem as práticas intrinsecamente ligadas à cultura e à tradição das comunidades locais tidas como ameaças à sustentabilidade ambiental, essas estratégias em muitas situações podem constituir foco de tensões entre a necessidade de conservação por um lado e a necessidade de sobrevivência por outro.

Considerando essa possibilidade, torna-se imprescindível que qualquer política de conservação não apenas leve em consideração as necessidades dessas comunidades na formulação do seu plano estratégico como deve também ver essas comunidades como atores capazes de desenvolver iniciativas próprias, por meio de negociações e acordos e arranjos institucionais locais para conservação dos seus recursos naturais. Baseando-se nisso, a gestão participativa ou partilhada dos recursos surge como uma proposta alternativa às formas tradicionais de formulação de políticas ambientais, constitui um mecanismo institucional que permite a mobilização de diferentes atores possibilitando a sua interacção para o manejo do bem comum.

Em muitos países, a gestão participativa tem-se mostrado um mecanismo valioso do ponto de vista de política de conservação, em muitos casos, como iniciativa coletiva local através de organização das comunidades, o que permitiu avanços e resultados positivos na conservação dos recursos e na promoção do desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

À luz deste entendimento, este trabalho pretende abordar questões relacionadas com a gestão dos recursos comuns na Guiné-Bissau, os impactos sobre a dinâmica de vida da população local, bem como nos processos de institucionalização de áreas protegidas. Procurou-se, sobretudo, entender se o sistema de manejo ou criação de áreas protegidas é uma iniciativa dos atores locais e não somente fomentadas por iniciativas governamentais ou qualquer outra instituição alheia à comunidade.

De modo geral, neste trabalho tivemos por intuito responder quais as influências que levam diferentes atores sociais – comunidade local e organizações não-governamentais – a se organizarem para gestão dos recursos naturais comuns dentro de um regime de gestão participativa. Partimos do pressuposto de que há um objectivo

comum de âmbito sociocultural entre os atores como um fator de convergência de interesses em relação aos recursos comuns. Outro pressuposto diz respeito à ausência de políticas públicas com vista a atender às necessidades das populações locais. Desta forma, o objectivo deste trabalho é estudar os factores que influenciam a ação colectiva dos atores sociais para o engajamento e manejo do modelo de gestão participativa dos recursos comuns na Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (AMPC-Urok), um conjunto de três ilhas, Formosa, Nago e Chediã, parte do complexo das ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijagós na Guiné-Bissau.

Este trabalho está dividido em três (3) partes: Na primeira parte começamos pelo enquadramento teórico do tema que constitui objeto deste estudo fazendo uma breve descrição histórica das áreas protegidas, indicando as principais linhas que fundamentaram a sua criação nos países pioneiros na sua implementação. A seguir, foram abordadas as mudanças de paradigmas assim como várias concertações a nível global que produziram directrizes regulamentais na política de conservação de recursos naturais e da biodiversidade. Na sequência, focamos as principais correntes teóricas da literatura e abordamos conceitos usados para o propósito deste estudo.

Na segunda parte desta dissertação apresentamos a proposta metodológica que serviu de base para execução da investigação. Por outro lado, fizemos a caracterização da região onde realizamos a investigação por meio de descrição das suas principais características através de elementos socioeconómicos e geográficos.

Na terceira e a última parte apresentamos as linhas fundamentais que conduziram a investigação, todos os passos que a pesquisa assumiu e por fim discutimos os resultados do estudo.

2. Enquadramento - Ação coletiva nos recursos naturais comuns

2.1. Áreas protegidas - Breve descrição

As primeiras áreas protegidas surgiram em meados do século XIX, nalguns países em vias de industrialização dentro do quadro de esforço global em resposta à necessidade de protecção formal do meio ambiente natural e da biodiversidade. Contudo, até início do século XX não havia caracterização formal dessas medidas. Cada país adotava uma definição em função da sua realidade e seguiram uma linha influenciados pelas concepções baseadas nos propósitos de manter o meio ambiente no seu estado natural isento de intervenção massiva de acção humana como uma forma de conservar os recursos naturais (Hardt *et al.*, 2011).

Com a criação da International Union of Nature Protection (IUNP – União Internacional para a Protecção da Natureza) em 1948, que em 1955 passou a ser International Union for Conservation of Nature (IUCN), cuja tarefa era definir as principais estratégias internacionais para criação e manejo de áreas protegidas, começou a haver no plano global formal e o avultamento da discussão sobre as noções relacionadas a esta temática, começando por uma abordagem preservacionista para propostas mais abertas e inclusivas dentro de perspectiva integracionista e de mudança de paradigma estratégico (Hardt *et al.*, 2011).

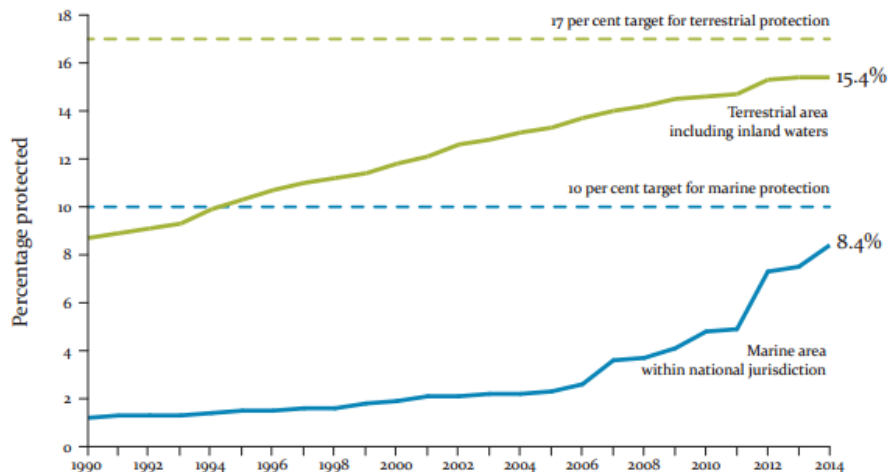
Em 1982, a realização da Conferência Mundial sobre as Áreas Protegidas, ocorrida na Indonésia foi considerada um marco importante para a mudança de paradigma na política estratégica das áreas protegidas. Essa conferência permitiu com que as políticas de criação de áreas protegidas assumisse novos rumos no que diz respeito ao mecanismo da sua implementação e a base da sua fundamentação filosófica e o que mais tarde vai instituir uma abordagem diferente na promoção de desenvolvimento local e incentivo a inserção de comunidades locais nos diferentes estágios do processo de implementação do plano de manejo das áreas protegidas (Araújo, 2007).

Mais tarde, através de diversas concertações e encontros sobre clima (1992 Venezuela 1992, Buenos Aires 1994, Austria 1997), foram definidos as principais directrizes sobre o clima e conseqüentemente novas estratégias e paradigmas de criação e gestão de áreas protegidas que resultaram nas mudanças no foco da política ambiental e das áreas protegidas; necessidade de inclusão das populações local no processo de

delineamento de planos de manejo; alargamento do mecanismo de gestão numa respectiva integracionista e de partilha para capacitação da comunidade local (Dudley, 2008).

As áreas protegidas ganharam um enfoque especial ao longo do tempo com ênfase na relevância dos aspectos económico, sociais e ambientais da sociedade e têm estado no centro do debate internacional, de modo que a abordagem conceptual que sustenta as linhas estratégicas da sua implementação adaptou-se às mudanças globais e consequentemente verificou-se o desenvolvimento e proliferação das áreas protegidas em diferentes partes do mundo. Actualmente, estima-se que as áreas protegidas cobrem 15,40% do território terrestre mundial, 3,4% da cobertura oceânica mundial e 10,9% da cobertura de costa oceânica mundial (UNEP, 2014). A cobertura de áreas protegidas terrestres aumentou cerca de 1 milhão de quilómetros quadrados desde 2010, e 126.000 quilómetros quadrados desde 2012. No total, 20,6 milhões de quilómetros quadrados (15,4%) de território terrestre e marinho estão agora cobertos por áreas protegidas (UNEP, 2014). A figura 1 mostra o crescimento das áreas protegidas nos últimos tempos.

Figura 1. Crescimento das áreas terrestres protegidas entre séc. XX e séc. XXI.

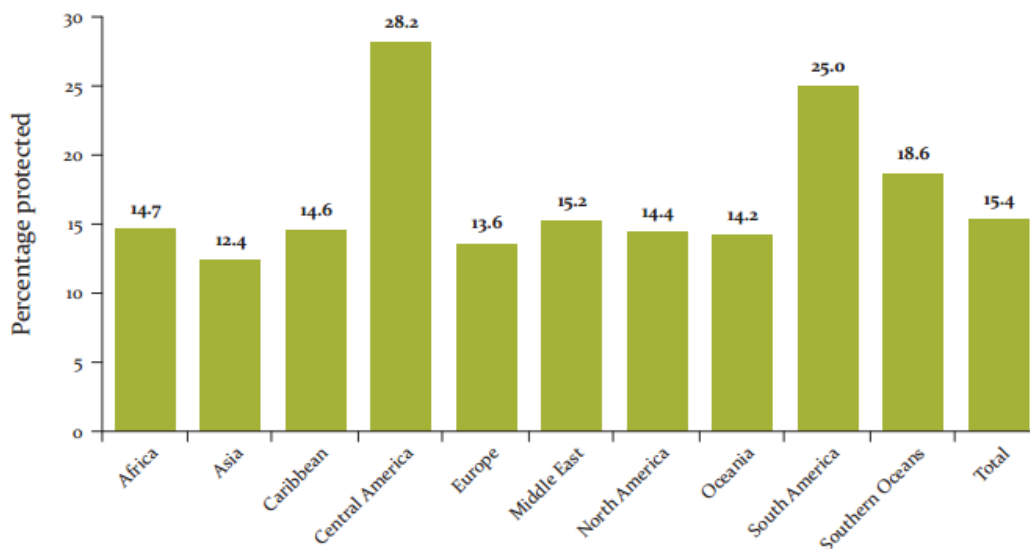


Fonte: (UNEP, 2014)

América Central e América do Sul são as duas regiões com o maior percentual de áreas protegidas tanto terrestre quanto marinha (28,2% e 25% respectivamente). Nessas duas regiões, a maioria dos países têm mais de um quarto ou a metade de sua área total protegida e são também as duas únicas regiões que têm pelo menos 17% da área coberta

por áreas protegidas, embora todas as regiões estão acima de 10 % (figura 2). A metade de todos os países tem 17% ou mais da sua área cobertas por áreas protegidas.

Figura 2. Percentagem de áreas protegidas de acordo com os respetivos continentes.



Fonte: UNEP, 2014.

De acordo com os dados de 2014 é notável o crescimento na criação de áreas naturais protegidas, no entanto, os esforços permanecem aquém do desejável no que diz respeito à gestão e o manejo das mesmas. Apesar dos esforços imprimidos a nível global, a política de gestão de áreas protegidas é ainda influenciada pelo conservacionismo que enfatiza que os bens da propriedade comum são sustentáveis quando geridos através da protecção rigorosa, mesmo em situações em que põe em causa a integridade sociocultural das comunidade, ou seja, a negligência quanto ao aspecto social e a indiferença para com as populações residentes nas zonas delimitadas como áreas protegidas têm marcado o desempenho da implementação das estratégias de conservação em muitos casos (Abreu, 2011). Vale salientar que os planos de gestão das áreas protegidas até pouco tempo, na sua maioria, não abarcavam a preocupação com as comunidades locais, são estratégias desenhadas na perspectiva de uma racionalidade científica que não inclui a participação das comunidades locais e seus conhecimentos sobre o meio onde vivem.

A maioria das áreas protegidas naturais nos países pioneiros nessa política foi inspirada no modelo Yellowstone nos Estados Unidos como uma das primeiras áreas

protegidas conhecidas. Apesar de algumas excepções notáveis, a filosofia de gestão é isolacionista, em que tanto a concepção assim como o seu manejo visam à intocabilidade do meio ambiente natural, para a qual a acção e a presença humana são vistas como uma ameaça (Abreu, 2011).

Contudo, actualmente, a criação de áreas protegidas em diferentes contextos nacionais e internacionais é baseada nas directrizes das convenções internacionais nas quais os governos pactuam acordos legais que visam a regulação de políticas estratégicas de conservação através de arranjos institucionais locais. Desse modo, uma área protegida é entendida à luz da definição adoptada pela UICN¹ como uma determinada área definido através de arranjos institucionais para os fins da conservação, gerido por base legal ou por outros mecanismos efectivos com vista a sustentabilidade associada aos valores culturais e aos serviços do ecossistema (Dudley 2008).

Tendo em vista cobrir a diversidade de áreas e necessidades de protecção ambiental, foram instituídas por UICN as seguintes categorias de aplicação de áreas protegidas através dos distintos territórios (figura 3):

Figura 3. Categorias para aplicação de áreas de protecção ambiental.

Categoria I Reserva Natural Estrita ou Área Silvestre	Manejada para fins científicos ou protecção da vida silvestre
Categoria II Parque Nacional	Manejado para protecção de ecossistemas e para recreação.
Categoria III Monumento Natural/Formação Natural	Manejada para conservação de uma característica natural específica.
Categoria IV Área de Manejo de Espécies/Habitat	Protegida para a conservação por meio da intervenção e do manejo.
Categoria V Paisagem Terrestre/ Marinha Protegida	Protecção de paisagens e recreação.
Categoria VI Área Protegida de Manejo de Recursos	Protegida para o uso sustentável dos recursos naturais

Fonte: Pereira, 2013

Nota-se, portanto, que o processo de criação de áreas protegidas evoluiu tanto em termos dos conceitos, noções e ideias discutidos, quanto acerca do processo de planeamento, manejo e gestão ao longo do tempo através das convenções internacionais de múltiplas partes que propuseram compromissos globais e metas a serem atingidas. Além do aspecto ambiental, a política de áreas protegidas passou a englobar em suas considerações e formulações o aspecto sociocultural inerente à realidade social onde inserem-se as áreas protegidas.

¹União Internacional para a Conservação da Natureza

2.2. Hardin versus Ostrom

A análise das áreas protegidas neste trabalho enquadra-se dentro de uma perspectiva conceptual na qual é entendida por um lado, como espaço físico de recursos de acesso comuns ou “common-pool resource”, e por outro, como propriedade comum. Lant et al 2008, fazem distinção entre recursos de acesso comum e propriedade comum, onde a primeira trata-se de áreas delimitadas que albergam recursos de uso comum na qual é difícil ou muito caro negar aos potenciais beneficiários o uso do recurso, uma vez que são criados pela sociedade ou pela natureza tendo a característica de “não exclusão”. Em contraste, a propriedade comum refere-se a um regime de direito de propriedade gerido pelas regras e normas segundo as quais os membros de uma comunidade podem ter acesso e utilizar recursos comuns e permite a exclusão dos beneficiários (Lant et al 2008). Nesse regime é determinado através das regras estipuladas quem pode aceder os recursos, a quantidade, período, em que condições os recursos podem ser extraídas.

Baseando nessa abordagem conceptual, Garret Hardin argumenta a ausência de um regime de propriedade direito de posse e controle para uso dos recursos de acesso comum como um fator que leva a um regime de acesso aberto aos recursos e conseqüentemente à exploração abusiva ao ponto de exaustão, traduzindo-se num cenário que o autor caracteriza de “Tragédia dos comuns”.

De acordo com Garret Hardin (1986), a degradação ambiental é resultante de um processo de uso de recursos de acesso aberto em que cada usuário está fechado numa perspectiva individualista cujo objectivo é aumentar cada vez mais seus benefícios individuais ilimitados levando à “tragédia dos comuns” consequência de um cenário em que cada indivíduo defende preferencialmente seus próprios interesses. Este mesmo autor indica como este cenário pode impossibilitar a “ação colectiva” como meio de incentivo ao uso de recursos de uma forma sustentável e por outro lado, promover um regime de exploração abusiva sem levar em conta a sustentabilidade desses recursos submetidos ao uso desregrado (Hardin, 1986).

As privatizações das áreas de uso comum e a transformação do Estado como o principal gestor de recursos comuns seriam duas soluções propostas pelo autor (Hardin, 1986) como uma forma de garantir um rigoroso controlo do acesso aos recursos e a imposição de normas de uso e garantir a durabilidade dos recursos para mais tempo contrária ao cenário previsto no regime de uso aberto. Não obstante, a importância da

distinção entre um regime aberto de recursos comuns e um regime de acesso restrito baseado no fundamentos de direito de propriedade para fundamentação de abordagem de Hardin, advogando um regime de privatização de acesso aos recursos comuns como um instrumento de controle e uso racional dos recursos, na perspectiva de Ostrom, a solução sugerida por Hardin, impossibilita o que às vezes pode ser a mais importante solução para governar os comuns através de um quadro institucional e capital social dentro de um regime autogovernado (Ostrom, 1990).

Segundo Ostrom, a privatização ou aumentar o controle do Estado nos recursos de acesso comum, em vez de contribuir para resultados positivos de ponto de vista de conservação dos recursos comuns, muitas vezes exacerba a pobreza local e incentiva a má gestão como resultado de deslocamento burocrático da dinâmica ecológica local (Ostrom, 1990) ou seja, a institucionalização e centralização das políticas ambientais por imposição de estratégias dessa política mostram-se medidas ineficazes para atingir os objectivos socioecológicos estipulados como metas para o desenvolvimento sustentável.

Ao longo do tempo uma série de políticas ambientais foi posta em prática com vista a garantir sustentabilidade e preservação da biodiversidade tanto a nível local, assim como a nível global. Contudo, as políticas ambientais e modelos de governação de recursos de acesso comum eram influenciados por uma abordagem que constituiu foco de tensões, dada sua dificuldades de conciliar os desafios das condições sociais, económicas e ecológicas (Lane e Corbette, 2005).

Na sua pesquisa de campo, Borglund (2011) constatou que o controle do Estado sobre o parque nacional Rio Limpio, através de mecanismos de proibição de uso, criou problemas para a população, dependente dos recursos naturais, que viu-se privada de meios para satisfação da sua necessidade de sobrevivência. Como resultado, agravou-se a situação de pobreza ao longo dos anos e a degradação ambiental acentuou-se (Borglund, 2011). Jones e Carswell destacam o baixo envolvimento das comunidades locais como uma questão que influenciou a degradação de recursos num programa florestal na Índia e destruição de instituições rurais constituindo foco de tensões sistemáticas entre os ambientalistas e os membros da comunidade local (Jones e Carswell, 2004). Alvaides (2013), a partir de um estudo realizado com a comunidade do Marujá (Ilha do Cardoso – Brasil), cuja região habitada foi palco para a aplicação de um plano de manejo, verificou que as restrições impostas solicitaram dos moradores a

reformulação de suas práticas, identidades e memórias, interligadas que estão tais questões. Dessa forma, tais estudos apontam para a necessidade de entender-se a comunidade moradora das localidades onde serão implantadas restrições e/ou readequações no uso e gestão de recursos como atores a serem ouvidos e incorporados no planejamento, implantação e no processo de implementação de medidas voltadas aos princípios de equilíbrio das práticas sociais e econômicas e a manutenção do meio ambiente. Em meio a tais apontamentos, estes estudos propõem que a manutenção cultural, social e econômica destas comunidades devem também ser equacionadas. É nessa perspectiva que surge a proposta de um modelo de governação partilhada de recursos comuns.

Desde a publicação por Garrett Hardin de “A Tragédia dos Comuns” em 1968, muitos métodos alternativos para a gestão dos recursos naturais foram delineados. Partindo dos estudos desenvolvidos por Hardin, Elinor Ostrom (2008) buscou compreender as capacidades e as limitações das instituições e organizações autônomas na regulação das diversas categorias de recursos. A partir de suas análises, Ostrom propõe uma abordagem institucional em situações de gestão do conjunto de recursos comuns, denominado CPR – Common-Pool Resources, o qual é definido pelo autor como um sistema de recursos naturais ou artificiais que seja suficientemente grande e difícil excluir os possíveis utilizadores. Ou seja, funciona aqui o princípio de não exclusão comum aos bens públicos. Nesta perspectiva, Common-Pool Resources (CPR) pode ser compreendido como um sistema que produz uma determinada quantidade de recursos, no qual o uso por uma pessoa subtrai a quantidade de recursos unitários disponíveis para outros (Ostrom, 2008). Posto de outra maneira, os CPR são suficientemente grandes o que permite que muitos usuários podem beneficiar dos recursos simultaneamente sendo que os esforços para excluir potenciais utilizadores apresentam custos altos (Ostrom, 2008). De uma forma mais detalhada, as principais características do Common-Pool Resources são a dificuldade de exclusão (não exclusão) de potenciais usuários dos recursos que o sistema proporciona, e a subtrabilidade dos benefícios consumidos por um usuário daqueles disponíveis a outros.

Ostrom, diferentemente de Hardin que propõe o controle por Estado e as privatizações como solução para “tragédia dos comuns”, propõe um sistema de gestão mais flexível, inclusivo e por instituições locais para regular a apropriação excessiva de

recursos. Através de várias pesquisas baseadas em resultados empíricos segundo a qual defende que as pessoas são mais propensas a criar e conservar os bens comuns quando são dadas a oportunidade de participar do processo de criação de arranjos institucionais voltados à conservação, decidindo regras de jogo através de um processo de autogovernança dos comuns (Forsyth e Johnson, 2014).

Desse modo Ostrom passa a influenciar muitos trabalhos e, conseqüentemente, certa mudança de paradigma na análise e construção da política ambiental e de conservação, o que tem inspirado novas formas de conceber a relação existente entre ser humano e meio ambiente natural.

Por conseguinte, surge um modelo alternativo de gestão dos recursos comuns contrário ao paradigma anterior, focando-se na reorganização das instituições locais para a gestão dos recursos comuns através da ação colectiva (Pereira, 2013).

Para este trabalho, as contribuições de Ostrom assumem uma importância indispensável para compreender como as populações locais, afectadas pelo processo de criação de áreas protegidas, organizam-se e desenvolvem a “ação colectiva” para gestão dos recursos existentes nessas áreas, assumindo, assim, papel de cogestores juntamente às instituições governamentais e não-governamentais existentes. Esse processo é o que caracterizamos como gestão participativa ou cogestão de áreas protegidas.

Partilhamos de Forsyth e Johnson (2014) a noção de que as áreas protegidas pautadas no modelo de gestão participativa, devam ser pensadas dentro de um conjunto de biodiversidade que requer um sistema de gestão eficaz no qual haja um compartilhamento colectivo, por meio de arranjos institucionais com uma certa complexidade em termos da sua execução para gerência de extracção dos recursos.

2.3 Acção Colectiva

O enquadramento concetual de acção colectiva abrange qualquer iniciativa colectiva resultante da mobilização de consensos colectivos para fins de materializar objectivos comuns (Olson, 1965 in Pereira, 2013). Para o contexto deste estudo, acção colectiva se insere dentro da realidade de organização de diferentes atores sociais para um fim comum, o de gerir os recursos naturais.

Olson 1965, in Pereira 2013, define acção colectiva como uma forma em que um grupo de indivíduos movidos por interesses comuns e em busca de objectivos comuns se organizam para atingir esses fins específicos. Numa abordagem na perspectiva de Olson, a ação colectiva só é efectiva quando o potencial benefício para um agente supera os custos da participação. Ou seja, ação colectiva ocorre mais frequentemente numa situação em que há benefícios claros para os participantes e é mais propenso a ocorrer nos grupos restritos. O indivíduo racional, focado no seu interesse, não participa de acção colectiva a não ser que esteja dentro de um grupo menor ou que haja mecanismos de coerção que lhe obrigue a tomar essa decisão (Olson 1965 in Pereira 2013).

Já na perspectiva de Ostrom, ação colectiva dentro de um CPR para uma iniciativa colectiva depende de vários factores, externos quando relacionados aos factores ecológicos (clima), económicos (mercado), e quando relacionados à capacidade de atores em criar mecanismos institucionais para gestão de CPR e a sua estrutura constituem factores do âmbito interno.

Por outro lado, a ação colectiva em muitas circunstâncias está condicionada ao valor que os indivíduos atribuem aos benefícios que os comuns proporcionam a longo prazo, assim como o valor atribuído a curto. Nesse caso ação colectiva é resultante de cálculo de benefícios que os comuns proporcionam a longo e a curto prazo. Ou seja, a acção colectiva é ponderada no cálculo de benefícios futuros levando em consideração uma série de factores relacionados ao horizonte temporal, à segurança económica, assim como a todos os sacrifícios que serão requeridos para atingir-se o objectivo comum (Ostrom, 2008).

Lant *et al* (2008) citam os estudos que mostram que o financiamento de serviços ecológicos não comercializáveis – regulação de qualidade de água, qualidade do ar, erosão, pragas, riscos naturais, purificação de água, controle de doenças, controlo de poluição, paisagem - tem estado em declínio com a exceção dos serviços do sequestro de

carbono em relação aos serviços ecológicos comerciáveis tais como a produção de alimentos, aquicultura, agricultura, pecuária que estão a aumentar nos últimos tempo. Esse facto deve-se à distinção económica entre os bens públicos e os bens privados. Segundo os autores, os bens naturais privados são bens com direito de propriedade explícito, são competitivos em termos de uso, uma vez consumido por uma pessoa não está disponível para outro devido seu carácter exclusivo de modo que é possível vedar acesso ao uso a quem não detém direito para tal. Em contraste, bens naturais públicos, tais como melhorias na qualidade do ar e da água, são bens de carácter não competitivo em termos de uso e não exclusivo, podem ser consumidos por várias pessoas em simultâneo e são difíceis de limitar o acesso. Consequentemente, os bens públicos tendem a ter menos investimentos porque não proporcionam o retorno financeiro atractivo por serem de acesso livre ao seu consumo e muito caros de regular (Lant et al 2008).

Desse modo, numa relação de cálculo de custos e benefícios de curto e a longo prazo as pessoas preferencialmente desenvolvem ações colectivas em torno de bens naturais privados em detrimento de ações que visam serviços de ecossistema de carácter de bens publico natural. Ou seja, ocorre aqui aquilo que os autores denominam de “tragédia dos serviços de ecossistema” descrevendo um cenário de potencial declínio de ações de apoio aos serviços ecológicos e incentivo a transformação desses serviços – zonas húmidas, habitat de animais selvagens, florestas- em pasto para gado, extracção de madeira, plantação de fruteiras ou urbanizações (Lant et al 2008)).

Posto isto, pode-se argumentar que ação colectiva ocorre nas situações em que estão estabelecidos os objectivos comuns dos participantes que por sua vez, avaliam os custos de participação e potenciais benefícios imediatos ou futuros.

Aplicada à realidade das áreas protegidas como unidades de diferentes ecossistemas que geram diferentes recursos de interesse comum na qual os atores envolvidos na acção colectiva são dependentes de unidades de recursos para sua sobrevivência colectiva, as normas e regras devem impelir os indivíduos a levarem em consideração as opções de comportamento de uso dos restantes atores. Ou seja, quando estes indivíduos agem independentemente, os resultados de gestão de CPR são geralmente inferiores ao que poderiam ser numa situação de acção colectiva concertada (Ostrom, 1990).

Entretanto, acção colectiva assume-se como uma necessidade colectiva de promover práticas para conservação de recursos dentro de um sistema de recursos comuns devido a vários factores de ordem social, ecológica e económica (Ostrom, 2008). Neste

sentido, a compreensão de acção colectiva como um instrumento conceptual que aplicado à uma realidade concreta remete ao entendimento duma situação de escassez relacionada com uso desregulado de recursos e ausência de instrumentos institucionais adequadas.

Nesta perspectiva, vários factores podem servir de motivação para criação de acção colectiva e a sua sustentabilidade a longo prazo. Segundo Ostrom, acção colectiva como produto de iniciática colectiva pode surgir nas situações em que há uma noção clara de alguns factores chaves para sua implementação e esses factores afectam a probabilidade de auto-regulação num Sistema Sócio-Ecológico:

- Informação ou conhecimentos da dimensão do sistema de recurso;
- Informações sobre a capacidade de produtividade do sistema;
- Previsibilidade do funcionamento e mobilidade do recurso existente de um determinado ecossistema;
- Número de atores envolvidos ou usuários;
- Mecanismos de manejo, liderança;
- Regras, conhecimento de ecossistema em causa, importância de tipos de recursos para atores locais.
- Mecanismos de escolha colectiva.

Não existe linearidade na interacção desses factores, a sua eficácia depende de avaliação de benefícios reais que a acção pode proporcionar aos participantes (Ostrom, 1990). No entanto, a importância das regras e os mecanismos de monitoramento mútuo destacam-se como medidas institucionais capazes de garantir sustentabilidade do sistema. Outros factores podem ser alistados como base de incentivo à acção colectiva dentro das comunidades e motivar a mobilização dos esforços colectivos para conservação dos recursos. Esses factores estão relacionados à configuração dos atores dentro da comunidade, o nível de confiança recíproca existente entre eles, factores de interligação mútua, nomeadamente: cultura, tradição e crenças, elementos associados à lógica simbólica e não utilitária, podem servir de incentivo à acção colectiva (Castro, 2001).

2.4. Gestão Participativa de Recursos Naturais Comuns

Na literatura, o termo gestão participativa ou co-gestão refere-se à tomada de decisão conjunta por parte do Estado e das comunidades (ou outros grupos de interesse) sobre um ou mais aspectos de acesso aos recursos naturais ou à utilização dos mesmos (Castro, 1997). Segundo Castro, este termo significa reivindicações políticas locais para o direito de compartilhar poder e a responsabilidade com o Estado na gestão de recursos. Já na perspectiva dos autores Borrini-Feyerabend *et al.* (2000), cogestão ou gestão participativa diz respeito à uma situação de partilha de responsabilidades numa respectiva de inclusão na qual vários atores por meio de negociações estabelecem um regime de partilha equitativa das funções de gestão, direitos e responsabilidades para um determinado território ou conjunto de recursos naturais.

Em todos os casos, depara-se com uma terminologia cada vez mais ampla. O termo usado para este trabalho está baseado em qualquer situação em que as populações locais ou os principais interessados se envolvem em parceria e que pode assumir vários nomes: co-gestão, gestão de base comunitária, silvicultura comunitária, silvicultura social, colaborativa, gestão conjunta ou multipartidária (Brown, 1999).

De modo geral, aplicada à realidade de gestão de Sistemas Socio Ecológico, a gestão participativa diz respeito a um mecanismo institucional baseado no fortalecimento e promoção de articulações no âmbito do processo de implementação do plano de manejo com vista a alcançar decisões consensuais como instrumento de evitar potenciais conflitos de interesses tornando mais fácil atingir objetivos comuns (Arnstein, 1969). Trata-se assim de partilha do poder que inclui os grupos excluídos de qualquer processo, político ou económico, proporcionar a oportunidade de participar na produção de decisões relativos ao futuro da sociedade. Ao ilustrar as diferentes formas de participação, Arnstein faz uma tipologia de configuração de níveis hierarquizados de participação e não participação. A autora adotou a figura de uma escada para tipificar a participação na qual cada degrau corresponde a um determinado nível de poder dos cidadãos em influenciar as decisões (figura 4).

Figura 4. Níveis de participação de acordo com Arnstein.



Fonte: Arnstein, 1969.

A participação de acordo com abordagem de Arnstein (1969), ocorre em diferentes níveis, desde a escala de “manipulação” que constitui o nível inferior de participação até “controle de cidadãos” na qual ocorre a participação efectiva nos níveis de parceria e controle do cidadão.

O nível 1 e 2 da participação diz respeito à Manipulação e Terapia nos quais não ocorre participação efectiva da população no processo de definição de regras de gestão e na execução dos programas de manejo, no entanto são tidas como alvos das medidas institucionais produzidas ao mais alto nível que permite formar e capacitar os participantes de base.

A participação nas fases de Informação e Consulta (3 e 4) – os níveis nos quais ocorre alguma participação na perspectiva em que há alguma troca de informação que permite os cidadãos ouvir e serem ouvidos. Ocorre aqui troca de informação na otica vertical, ou seja, de cima para baixo onde os participantes tomam conhecimentos sobre seus direitos e suas responsabilidades no processo. Entretanto, não há uma relação de partilha que possibilite a participação efectiva na qual os participantes possam influenciar as decisões. Trata-se de um regime de participação que funciona apenas como encenação de participação através de convocação de reuniões de concertação com a população, mas não implica necessariamente a inserção dessa no processo decisório e

consequentemente, inibindo qualquer possibilidade de partilha e progressão (Medeiros e Borges 2007).

O nível 5 de participação diz respeito a Pacificação – nesta fase ocorre uma relação do simbolismo, ocorre uma acenação de participação que abre possibilidades para que os cidadãos opinem mas o poder deliberativo permanece monopolizado pelos detentores de poder – *powerholders* – ocorre aqui uma abertura à uma certa influencia dos participantes no fórum decisório, no entanto, sem poder deliberativo, o que implica uma certa limitação em termos da participação efectiva no sentido de exercer poder sobre as decisões que envolvem assuntos importantes da comunidade (Medeiros e Borges 2007).

À medida que sobe a escada hierarquicamente, a participação vai se aproximando daquilo que a autora denomina de “participação genuína”- o nível da Parceria – onde ocorrem situações em que permite equilíbrio de poder. No nível 7 e 8- Delegação do Poder e Controle de Cidadãos - a participação torna-se mais nítida, torna-se evidente uma certa autonomia dos participantes ou mesmo autonomia total tanto na definição de estratégias de governação assim como na execução de programas de gestão que envolve uma diversidade de atores sociais. Nessa fase experimenta-se o regime de partilha efectiva do poder baseada na negociação de direitos e responsabilidades que possibilite a inclusão de uma variedade de atores no processo de tomada de decisões em diferentes esferas na qual a população exerce influência efectiva tanto no desenho de planos de ação assim como na execução dos mesmos.

Apesar da sua contribuição no desenvolvimento da teoria de participação, as críticas mostram as limitações da teoria de Arnstein sobretudo na simplificação de um processo complexo que envolve diferentes experiencias em escalas ou passos. Para Burns *et al* (1994) cada um dos passos representa uma categoria muito amplo, dentro do qual há uma probabilidade de haver uma grande variedade de experiências pelo que exige uma reflexão mais complexa sem simplificação de abordagem na categorização de estágios de participação. Nessa perspectiva, a participação não tem como a finalidade o aumento de controlo pela base, mas sim um acompanhamento de capacitação da base com apoios necessários para que o processo não resulte em fracasso (Burns *et al.*, 1994).

Por seu turno, partindo da concepção de Arnstein, Rocha (1997) introduz três modelos de participação: começando pelo modelo paternalista caracterizado por centralização do poder de decisão; o modelo intermediário denominado como modelo

conflituoso no qual ocorre disputa pelo monopólio de influência sobre decisões e resultados); e Co-produtivo (baseado na cooperação e consensos e partilha de poder com participação significativa das partes) (Rocha, 1997).

Contudo, tanto Arnstein quanto Rocha oferecem um instrumento de reflexão para pensar o modelo de participação de comunidades no processo de gestão de áreas protegidas em diferentes partes do mundo onde as decisões e regras de implementação de políticas de áreas protegidas são produzidas em diferentes contextos de participação por governos sem nenhuma participação das comunidades locais residentes nessas áreas. Arnstein na medida em que traz à luz um modelo que caracteriza muitas realidades de participação na qual ocorre um aceno de participação que abre possibilidades para que os cidadãos opinem mas o poder deliberativo permanece monopolizado pelos detentores de poder. Por outro lado, o modelo Paternalista de Rocha tem caracterizado as políticas públicas ambientais causas de foco de tensões e violências em várias escalas, são alvos de reivindicações por parte das populações que se sentem política e economicamente marginalizados (Rocha, 1997).

O modelo de Cogestão é relativamente recente na realidade de gestão dos recursos naturais. Os estudos sobre gestão comunitária nas áreas protegidas têm mostrado que ao longo do tempo tem-se desenvolvido mecanismos de inclusão das comunidades locais no processo de delineamento de políticas de conservação e desenvolvimento de programas e iniciativas com base nas estratégias suportadas pelas autoridades governamentais e organizações não-governamentais em contextos diferente, incluindo a gestão dos recursos comuns e promovendo uma gestão conjunta de áreas protegidas naturais. Não obstante, essas estratégias têm sido alvos de criticismo, alguns pesquisadores chamam atenção pelo fato de não devem ser motivos de otimismo sobre suas potencialidade e alertando o risco inerente ao aceitar participação e por outro lado ignorar a importância de aspectos de distribuição do poder, interesses, justiça, legitimidade, desigualdade social (Kapoor, 2002). Kapoor adverte que a participação não diz respeito unicamente a quantidade de pessoas que se apresentam nas reuniões e actividades; é também sobre quem participa e como participam. Por outro lado, diz respeito a aqueles que não participam e como são excluídos do processo (Kapoor, 2002).

Na perspectiva de Burns et al (1994), há três tipos de participação: Político, Físico e financeiro. Seguindo a sua concepção, a participação no contexto das áreas protegidas

pode ocorrer em alguns sectores básicos: actividade relacionadas a gestão de florestas (trabalho físico); fiscalização de uso abusivo de recursos; benefícios materiais e económicos e produção de decisões sobre recursos (Burns et al, 1994). Segundo o autor, muitos membros da comunidade se mostram disponíveis em participar somente em actividades de gestão de actividade e benefícios materiais e económicos até perceberem de que os seus direitos fundamentais ou interesses estão a ser ameaçadas.

A participação efectiva de todos os atores na tomada de decisão é imperativo para assegurar benefícios para todos e influenciar a partilha de responsabilidade no processo de gestão participativa. No entanto, de acordo com os resultados de pesquisa nessa área, torna se evidente a exclusão parcial de grupos sociais em todo processo, principalmente as mulheres. Na sua pesquisa Svarstad *et al* (2006) reporta a baixa auto estima das mulheres de uma comunidade devido a exclusão sociocultural. Apesar do envolvimento de um numero insignificante das mulheres nas actividades de gestão dos recursos, a participação das demais encontra-se severamente restrita sobretudo na tomada de decisões.

Para atingir a escala óptima de participação, é importante que haja um clima de partilha de responsabilidade entre todos os atores envolvidos no processo, isso passa por definir mecanismos que proporcionem mais transparência sobre o processo e os resultados esperados, partilha de poder de deliberação, como é exercido e para quem.

A gestão participativa de modo geral é entendida como um regime de partilha de responsabilidades baseada no equilíbrio de poder entre diferentes atores de forma a garantir que os interesses dos cidadãos e diferentes atores são incorporados na tomada de decisões (Ostrom, 2008). Ou seja, uma participação efectiva é conciliar os interesses de diferentes atores envolvidos.

O modelo de gestão participativa dos recursos comuns tem vindo aprimorado ao longo do tempo e ganhando espaço na esfera das convenções internacionais que de uma forma consensual colocam-no como um modelo que pode conciliar o processo de conservação da biodiversidade e promover o bem-estar social nas comunidades locais.

Os principais encontros internacionais sobre meio ambiente e biodiversidade traduziram-se em directrizes de reforço à iniciativas colectivas com base na partilha e os planos estratégicos dos governos de todo mundo têm se inspirado na partilha de poder e responsabilidade de gestão baseada na participação das comunidades em todo o

processo de planificação (Kapoor, 2002). A gestão participativa no âmbito das áreas protegidas é essencialmente assente em três principais princípios básicos: gestão descentralizada dos recursos; delegação da responsabilidade de manejo e gestão de recursos às comunidades locais; incentivo a participação das pessoas em todo o processo de tomada de decisões sobre a questão dos recursos ou partilha de responsabilidades pela gestão dos recursos naturais entre as autoridades nacionais e os governos locais, organizações civis e comunidades locais (Agrawal e Gibson, 1999). Na sequência da descentralização de autoridade, as comunidades locais são, de acordo com Agrawal e Gibson, capacitados para responder aos problemas ambientais existentes nas suas comunidades.

À medida que o processo de institucionalização das áreas protegidas se desenvolve ao longo de décadas, torna-se claro de que a antiga estratégia da política de instituição e gestão de áreas protegidas revelaram-se inadequadas e insustentáveis pelo que era necessário novas estratégias baseadas na cooperação e inclusão de diferentes sensibilidades. Numa realidade em que as tensões sociais em volta de utilização de recursos naturais se intensifica e as populações rurais são cada vez mais dependentes desses recursos, faz-se necessário conciliar as estratégias de conservação com as necessidades locais. Ou seja, a capacitação das populações de forma a inseri-las no processo de tomada de decisões, na definição e execução de estratégias e responsabilidades de gestão de áreas protegidas é um factor imprescindível para os resultados positivos de qualquer política de conservação dos recursos naturais comuns (Borrini-feyerabend et al. 2000).

Não obstante os esforços evidenciados a nível das convecções internacionais, ainda é evidente as dificuldades de implementação de estratégias em diferentes contextos devido a processos de marginalização socioeconómica, disputas de autoridades locais, fraco relacionamento institucional e conflito de interesses entre governo e as autoridades locais, entidades privadas e comunitárias. A falta de uma participação significativa nos processos de gestão de áreas protegidas por parte das comunidades locais e outros grupos de interesse tem demonstrado a exclusão de grupos dependentes de recursos naturais para sua sobrevivência as camadas mais pobres da população particularmente as mulheres. Considerando isso as políticas de implementação das áreas protegidas vêm-se obrigadas a assumir nova configuração

baseada na inclusão de novas perspectivas baseadas no incentivo à participação efectiva das comunidades locais na definição de estratégias de gestão dessas áreas.

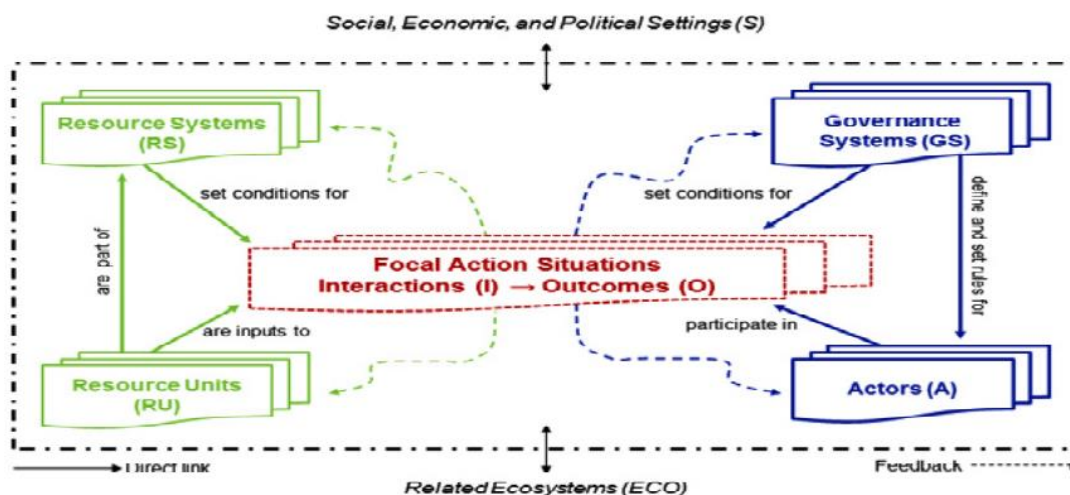
3. Estudo de Caso – Aplicação à AMPC-Urok na Guiné Bissau

3.1. Metodologia

Tendo-se em vista orientar a análise que se pretendeu construir neste trabalho, na perspectiva de captar factores que influenciam a acção coletiva de atores sociais envolvidos dentro duma área protegida para conservação e desenvolvimento sustentável, compreendida como um sistema socioecológico na concepção teórica proposta pela Ostrom, cabe, primeiramente, afirmar que fenômeno falamos quando referenciamos a noção de acção colectiva e a como esta se dá. Na perspectiva de Ostrom (2010), a ação colectiva depende, entre outros factores, dos incentivos individuais à participação nos grupos decisórios, o que implica diversas tarefas coletivas desde ações de coordenação, mecanismos de resolução de conflitos e partilha de informações dentro do grupo (Ostrom, 2010), pelo que é importante identificar variáveis pontuais que influam e afectem a probabilidade de realização de diversas formas de ação coletiva. Assim, buscou-se, a partir das estratégias metodológicas específicas, mapear os fatores e relações que influenciam a ação coletiva no campo determinado.

O modelo de análise de sistemas sócioecológicos, (SES), é um método de análise proposto por Elinor Ostrom que permite estudar diferentes relações e interações no contexto de gestão de recursos comuns permitindo captar os factores que influenciam a ação colectiva a partir de um processo de formação institucional da política ambiental focada nos recursos comuns. Como aspecto mais importante, SES é originalmente desenhado para qualquer situação de gestão de recursos naturais comuns na qual usuários de recursos extraem recursos unitários (produtos naturais) de um sistema de recursos (determinado ecossistema) e criam arranjos institucionais para manutenção desses recursos de acordo com as regras e procedimentos determinados por um sistema de gestão (modalidade de gestão) dentro do contexto político e socioeconómico (Ostrom 2009). O processo de extracção e manutenção dos recursos caracteriza a dinâmica de interacção dentro de um sistema ecológico e determina resultados. Deste modo, a interacção e resultados constituem centro do modelo de análise por facilitarem a percepção de um contexto na qual os atores locais interagem dentro de um determinado espaço colectivo para criar arranjos institucionais que influenciam as suas acções colectivas e individuais (Pereira, 2013).

Figura 5. Esquema de ação segundo Ostrom (2009).



Fonte: Ostrom, 2009.

Aplicado ao contexto do nosso trabalho, o modelo de *framework* teve por intuito captar os diferentes factores que levaram à mobilização de grupos de indivíduos em torno de objectivos comuns dentro de uma área protegida na Guiné-Bissau.

Na sua forma original, o modelo de análise de sistemas socioecológicos (figura 5) foi apresentado por Ostrom (2009) através de sete (7) principais variáveis que se relacionam entre si em diferentes contextos sociais, económicos e políticos:

- 1)- Usuários dos recursos;
- 2)- Recursos Unitários;
- 3)- Sistema de Recursos;
- 4)- Sistema de gestão;
- 5)- Sistema Ecológico;
- 6)- Configuração Sócio-Político-Económica;
- 7)- Interacções e resultados.

Não obstante, ao longo do tempo, o modelo sofreu algumas alterações em termos de conceituação das variáveis, sendo que algumas passaram a contemplar categorias mais abrangentes por se julgar ser mais adequado aos contextos diferentes da sua aplicabilidade (Pereira, 2013).

1)- Usuários dos Recursos ou Atores, refere-se a diferentes participantes que interagem num determinado sistema ecológico. Podem ser proprietários de terra, comunidade rural, organizações não-governamentais, representantes de organismos internacionais, doadores, empresas, autoridades comunitárias, autarcas, funcionários do governo. De forma geral trata-se de simples indivíduos ou atores corporativos que mantêm relação com os parques seja para subsistência, recreação ou para fins económicos. Esta variável permite avaliar em que situação de ação os diferentes atores participam num determinado regime de gestão de recursos comuns.

2)- Recursos Unitários é uma variável que diz respeito ao tipo de bens ou produtos existente num determinado sistema ecológico (árvores, plantas, rios, animais). Trata-se de um variável determinante em muitos contextos, uma vez que o valor do produto extraído determina a ação dos atores. Os produtos com menor valor comercial tendem a não chamar atenção e constituem um fraco incentivo a qualquer acção colectiva. Os recursos unitários com alto valor comercial são muito atraentes na mobilização de atores sociais para sua conservação.

3)- Sistema de Recursos ou Campo de Ação trata-se do espaço biofísico na qual vários atores interagem para um determinado fim, onde há uma relação mútua, que afetada por outras variáveis, produz resultados que afetam os atores e a situação na qual ocorre esta relação. A sua importância permite discriminar o tipo de ecossistema que é influente na variação de sucesso de um determinado sistema ecológico e delimitar o campo de estudo.

4)- Sistema de Gestão trata-se de uma variável que envolve regras em uso dentro do campo de ação ou arranjos institucionais referentes às normas e regras reconhecidas pelos atores em interacção. Esta variável independente é importante porque as regras são determinantes numa iniciativa colectiva e podem influenciar a ação colectiva uma vez que são factores que regulam comportamento dos atores e resolução de problemas.

5)- Sistema Ecológico é uma categoria de análise que engloba as unidades de conservação, territórios específicos, diferentes tipos de ecossistema. O seu objectivo é similar ao do Sistema de Recursos de ponto de vista de análise de relevância estatística.

6)-Configuração Sócio-Político-Económica é uma variável que tem como objectivo captar a forma como os atores estão relacionados dentro do campo de ação,

abrange precedentes históricos, diferenças culturais, religiosas, valores, crenças, saberes, nível de pobreza e vários outros factores sócio-económicos que contribuem por sua vez para o nível de confiança e aumento de probabilidade de iniciativas colectivas para conservação de um determinado recurso comum.

7) Interações e Resultados tratam-se de variáveis que têm como objectivo analisar a sistemática interação entre os actores no campo de ação. Segundo Ostrom, num contexto de várias interações entre atores produz-se um resultado e esse resultado influencia a ação colectiva, ou seja, como resultado de interação algumas ações são previsíveis e levam à repetição ou reaplicação das mesmas em outros contextos.

Este instrumento metodológico pode ser adaptado ao nosso trabalho tendo em conta a sua aplicabilidade em diferentes contextos de análise de sistemas sócio-ecológicos.

3.2. O estado do Ambiente na Guiné-Bissau

Análise do contexto da implementação das áreas protegidas remete a um olhar ao estado do meio ambiente natural na Guiné-Bissau. Pelo que é necessário analisar como a problemática do meio ambiente tem sido encarada tanto pela sociedade civil quanto pelo próprio Estado da Guiné-Bissau. Uma vez que as práticas sociais destinadas à manutenção da sobrevivência são tidas como - mesmo que não-declaradamente - o principal fator causador de danos ao ambiente por se tratar de uma sociedade não industrializada na qual a subsistência é fortemente dependente dos recursos que a natureza dispõe ao seu favor. O que por outro lado, torna-se um fator agravante considerando a vulnerabilidade do Estado na providência de políticas públicas e arranjos institucionais necessários para fazer face aos desafios que as alterações climáticas trazem consigo (Castro 1997).

A consciência de que as mudanças climáticas constituem, hoje em dia, a maior ameaça à vida na Terra e está intimamente ligada com a situação de pobreza, tem sido a preocupação manifestada pelos governos de todo mundo (IPCC, 2007), entre os quais o Estado da Guiné-Bissau que tem acompanhado as discussões em torno do assunto a nível internacional e tem sido parte assinante de várias convenções que visam a mitigação dos efeitos desse fenómeno.

É nesse quadro que surge o Programa de Ação Nacional de Adaptação aos efeitos das Mudanças Climáticas (PANA), financiado pelo Fundo Mundial para Ambiente (FMA/GEF) no âmbito de assinatura de acordos internacionais no quadro convenções sobre alterações climáticas e o protocolo de Kyoto. A preparação de PANA tinha como objectivo avaliar a vulnerabilidade do país perante a percepção de impactos negativos decorrentes da manifestação de efeitos de alterações no clima em diferentes ecossistemas do país e propor medidas estratégicas com vista a mitigar esses efeitos. Dentre as prioridades eleitas pelo PANA, estão os mais importantes como: sector agrário, recursos hídricos, saúde e zona costeira como sendo prioritários para a adopção de medidas e acções imediatas de adaptação.

A natureza de impactos das mudanças climáticas na Guiné-Bissau é notável no sector agrário como um dos principais sectores da economia nacional. Nos últimos anos, o país tem enfrentado perda de solos com aptidão agrícola devido à salinização e acidificação (por falta de chuvas) e à intrusão de águas salgadas (por subida do nível do mar); redução de rendimento agrícola em cerca de 20 a 30 % devido à seca, temperatura elevada, falta da chuva, as inundações de terras baixas por período prolongado, estimando assim, quase 33% da população mergulhada na insegurança alimentar (PANA, 2006). Estima-se que o *deficit* dos produtos agrícolas, sobretudo de arroz, considerando a dependência da população a esse alimento (base), vai reflectir negativamente nas condições socio económicas das populações mais vulneráveis, a sua maioria no meio rural.

Em relação à pecuária que também constitui um sector da economia em que se prevê a falta de pastos e pontos de água naturais para os animais como principais problemas desse sector devido ao prolongamento de vários meses de seca e é a principal causa de conflitos entre os criadores de gado e os agricultores, sobretudo na delimitação dos corredores de pasto natural de pontos de água. A maior ocorrência de imigrações também se dará justamente por motivos de procurar melhores lugares para pasto bovino (IBAP, 2007).

Em relação às florestas, este setor sofre com queimadas descontroladas provocando a fuga de várias espécies animais na floresta do país. O programa nacional para adaptação às mudanças climáticas realça esse setor como a mais vulnerável às mudanças climáticas e que precisa de plano de ação para adaptá-lo às alterações em curso. Com base nisso, o mesmo documento propõe algumas alternativas técnicas como

medidas a curto e longo prazo que possam reduzir essa vulnerabilidade. Na área de agricultura, propõe-se a vulgarização de sementes de ciclo curto, de forma acompanhar o curto período das chuvas; a maior divulgação de variedades de sementes que exigem menos água e que sejam resistentes a secas prolongadas; propõe-se ainda o “aumento do ordenamento e de trabalhos hidráulicos, construção de micro barragens e de pequenas represas de retenção de água; promoção de sistemas de irrigação a baixo custo e diversificação da produção” (PANA, 2006, p.32).

Assim como na área agrícola, o PANA propõe medidas alternativas a todos os setores da sua prioridade, porém essas alternativas estão condicionadas a um investimento financeiro do qual o país carece e conta com colaboração da comunidade internacional.

Pelo olhar da sociedade, as mudanças climáticas tem sido um tema que constitui discussões em nível de vários setores da sociedade civil. O esforço das ONGs se destaca no sentido da construção e organização de programas para educação ambiental levados em curso em diversas localidades, alertando as populações sobre algumas práticas que contribuem para agudização dos impactos das mudanças climáticas.

A sociedade civil em geral, as práticas de actividades económicas de diferentes segmentos da população contribuem para predação da natureza na Guiné-Bissau. Agricultura, pesca, pecuária e caça são as principais actividades para a sobrevivência da população da Guiné-Bissau. Não obstante, constituem sectores de alta pressão a recursos naturais, sobretudo o setor agrícola. Estima-se que mais que metade da população vive de agricultura e um pouco mais de metade do território nacional, cerca de 2,5 milhões de hectares, teria vocação agrícola, silvícola ou pastoril (IBAP,2010). Refere-se que noventa mil explorações agrícolas familiares são responsáveis pela produção de 90% da produção total agrícola do país. Esta produção é conseguida substancialmente pelas práticas de chamada agricultura itinerante que se caracteriza por cortes e queimadas de florestas, utilização de métodos e instrumentos tradicionais. Os restantes 10% são produzidos pelo setor agrícola comercial, onde existe algum nível de mecanização agrícola, e que é praticada por 1200 “ponteiros” que ocupam 27% de terra agrícola e 95 da superfície do país (PANA, 2006, p. 18). A produção agrícola na Guiné é feita à custa dos recursos naturais existentes nos principais ecossistemas; ecossistema do planalto, ecossistema do mangal e ecossistema pequenos vale.

O ecossistema do planalto é o que sofre maior pressão antrópica que advém particularmente da agricultura itinerante e de práticas culturais tradicionais, as quais facilitam a laterização e a erosão dos solos. Os estudos mostram que, por ano são desmatados e queimados cerca de 10.000 hectares, para instalação de campos de cultura no planalto, essencialmente cereais (milho, arroz, sorgo), leguminosas (amendoim e feijões) e tubérculos (mandioca, inhame). A cultura do arroz do planalto (“pampam”) ocupa 33.000 ha das terras cultivadas, contribuindo com 15.000 tn/ano, ou seja, 10.7% da produção nacional total deste cereal (IBAP , 2010).

A cajucultura tem sido principal responsável que contribui no desmatamento das florestas do país. Atualmente, calcula-se que existem 106.000 hectares de solos em todo país com aptidão agrícola e apenas 50.000 ha são agricultados. O restante está coberto pela cajucultura (IBAP , 2010, p 26).

3.3. Áreas Protegidas no Contexto Nacional da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau como parte assinante das convenções internacionais para protecção do meio ambiente e da biodiversidade conta com uma rede nacional de áreas protegidas cobrindo uma superfície total de cerca de 470.000 ha. De acordo com os dados oficiais, as áreas protegidas cobrem 12,2% do território nacional e estima-se que esta taxa aumenta para 33,3% se levar em conta mais três áreas protegidas que constituem a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós (IBAP, 2007) (Figura 6).

Figura 6. Localização das áreas protegidas na Guiné-Bissau.



Fonte: IBAP, 2007.

Na Guiné-Bissau, o decreto-lei nº 5-A/2011 oficializa a lei quadro das áreas protegidas que institui as normas de criação de regiões sob proteção. De acordo com esta lei, caracteriza uma área protegida um espaço físico geográfico - incluindo a terra e o mar - delimitado para os fins da conservação da biodiversidade e recursos naturais com base numa gestão através de instrumentos legais eficazes para esse fim (IBAP, 2011).

De acordo com a Lei-quadro (L-Q) das áreas protegidas na Guiné-Bissau, a categoria de áreas protegidas pode ser de tipo parque nacional, reserva natural integral, zona de natureza selvagem, monumento natural, área administrativa para o *habitat* protegida, área protegida de recursos naturais administrados, área protegida comunitária e florestas e sítios sagrados (IBAP, 2010).

O artigo 7º da L-Q das áreas protegidas estabelece que a criação de uma área protegida na Guiné-Bissau é formulada com a implicação das comunidades residentes com despacho Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas-IBAP e sob proposta de autoridades administrativas locais, autoridades tradicionais e ONG's locais. O IBAP tem como competência, designadamente, promover e facilitar o processo negocial com as comunidades residentes, propor medidas mitigadoras e compensatórias que se revelarem necessárias e elaborar as respetivas actas.

Desse modo, a gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau está a cargo do IBAP, o qual é uma instituição pública do governo da Guiné-Bissau encarregado de gerir as áreas protegidas e seguir a biodiversidade, sobretudo as espécies ameaçadas.

O artigo 13º da Lei-Quadro das áreas protegidas atribui ao IBAP a competência de administrar as áreas protegidas, orientar e coordenar os órgãos administrativos de cada área protegida e o controlo das suas actividades. Por outro lado, está a cargo do instituto providenciar bens e equipamentos necessários ao funcionamento das áreas protegidas, assim como formar e gerir o pessoal (IBAP, 2010). O IBAP, por sua vez, partilha esta responsabilidade com as organizações não-governamentais e as comunidades residentes nas áreas protegidas.

Assim, pode-se apreender que a administração das áreas e recursos ambientais protegidos estão, na Guiné-Bissau a sob tutela do Estado por meio das ações e exercício do IBAP.

3.4. Breve Caracterização da Região da Pesquisa, Área Marinha Protegida Comunitária – Urok (AMPC)

O complexo de Urok é um Área Marinha Protegida Comunitária (AMPC-Urok), oficializado em 2005 pelo Governo da Guiné-Bissau. AMPC-Urok é uma das unidades de conservação existentes na Guiné-Bissau, destaca-se pela sua peculiaridade em termos de diversidade de espécies e do modelo de gestão de seus recursos, sendo um dos modelos pioneiro no âmbito de implementação modelo de gestão participativa dos recursos naturais (Catry, 2001).

Urok faz parte de conjunto de ilhas que formam o Arquipélago de Bijagós é formada por três principais ilhas, dentre as quais destacam-se Formosa, Nago e Chediã, principal eixo de exploração das populações locais. A faixa litorânea de Urok apresenta uma paisagem fortemente marcada pelas baixas ou zonas entremarés, canais que ficam expostos unicamente quando há a baixa das marés. Suas profundidades, compreendidas entre os 3 e os 15 metros, mantêm sempre água, qualquer que seja o tamanho e a hora da maré e canalizam as correntes a velocidades que podem atingir localmente uma dezena de km/h. Essa organização constitui ambiente propício para refugiar peixes,

manatins e cetáceos (*Sousa teuszii*, *Tursiops truncatus*). É, portanto, ali que os pescadores vêm praticar a pesca por meio da implantação das redes e onde transitam as embarcações que atravessam o território de Urok (Henriques, 2005).

A organização não-governamental Tiniguena é a responsável pela implementação da estratégia de conservação com a participação da comunidade local. O processo da criação da AMPC-Urok deu início na década de 80 altura em que foi levado a cabo a planificação das zonas costeiras do país subsidiada pela UICN em colaboração com as autoridades nacionais. O processo de criação de AMPC-Urok, compreendeu três principais fases. A primeira fase teve como objectivo os passos preliminares que se centravam em três principais esferas:

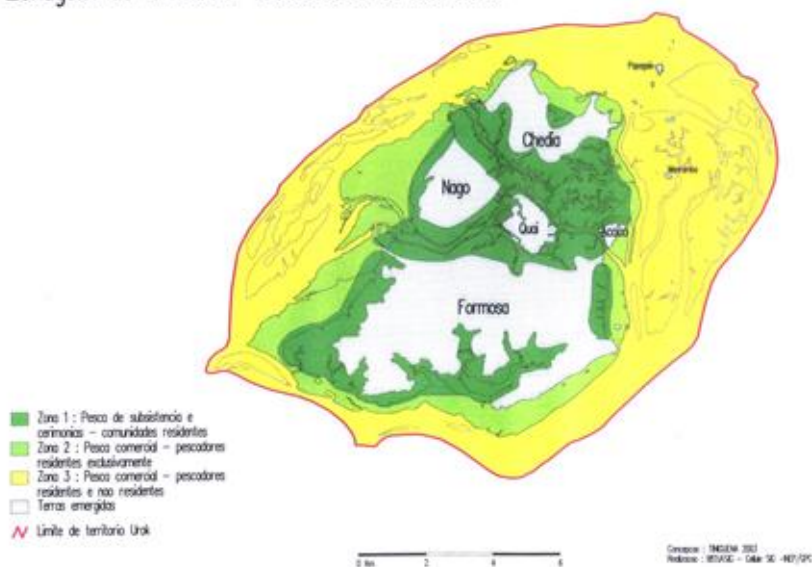
- I) Elaboração de estratégias para implementação do modelo de gestão participativa da área e dos recursos naturais existentes em diferentes ecossistemas a nível das ilhas que constituem Urok;
- II) Fase intermediária que visou concertações e definição de mecanismos estratégicos de gestão e regras institucionais no âmbito da conservação da biodiversidade local;
- III) Fase de desenvolvimento e implementação do plano estratégico e visando a maior participação da comunidade local no processo.

O plano estratégico de gestão da AMPC-Urok define três áreas estratégicas para sua implementação. A primeira zona diz respeito à uma area destinada exclusivamente à comunidade local para práticas de actividades de subsistência e para manutenção das actividades básicas da população.

A segunda trata-se de uma área periférica destinada aos residentes para actividades comerciais através de pesca artesanal. Por ultimo, uma área de solidariedade onde é permitido uso às comunidades vizinhas e estrangeiras sob condição de respeitar escrupulosamente as regras locais de uso (Figura 7).

Figura 7. Mapa das 3 zonas do ambiente das ilhas Urok.

Zonagem do ambiente costeiro das ilhas Urok



Fonte: IBAP, 2010.

As regras de gestão têm como principais objectivos a conservação e preservação dos principais ecossistemas que constituem AMPC, visando desde os mais sensíveis abrangendo espécies em extinção até na manutenção de modos de vida cultural e da economia local.

A estratégia de conservação visa às técnicas de exploração dos recursos, proibindo uso de certos instrumentos de pesca e em determinadas áreas com vista a assegurar a sustentabilidade dos recursos.

O modelo de gestão no AMPC-Urok é baseada nos princípios da gestão participativa que envolve vários atores, as autoridades locais, comunidade, ONG, instituições académica e as autoridades nacionais.

As regras contidas no plano de gestão, visando a regulamentação do acesso e da utilização dos recursos naturais, são resultantes dum processo de concertação entre as comunidades residentes, nomeadamente Bijagós, Papéis e Nhomincas das três ilhas habitadas do complexo Urok.

As regras e normas de gestão foram definidas e são válidas para todo o território Urok com base nas estruturas que constituem o sistema de gestão de AMPC: Comité Técnico Urok, Comité de Gestão e Assembleia Geral Urok.

O comité técnico Urok é um órgão do sistema de governação da AMPC desempenha o papel de órgão consultivo orienta os processos de decisão dando um parecer ao Comité de Gestão e à Assembleia Geral Urok.

3.5. - Contextualização Socioeconómica de AMPC-Urok

A AMPC - Urok é povoada na sua maioria pelo grupo étnico denominado Bijagós. A compreensão da estrutura e organização dos bijagós como uma realidade africana diversa, está na interacção entre homem e a natureza a partir dos valores civilizatórios próprios, pelos quais o universo, a vida, a natureza e a sociedade estão simbolicamente envolvidos (Silva, 2000). Nessa óptica, a compreensão dos aspectos socioculturais desse povo passa necessariamente pela compreensão de seu relacionamento com a natureza.

De acordo com a cultura bijagó, a produção de meios de sobrevivência se dá através da dependência da iniciativa individual dentro de um processo colectivo determinado. O sistema de agricultura ao qual se dedica a grande parte da população é baseado em cultivo itinerante organizado através de valores comunitários numa perspectiva não mercantil destinada ao consumo na qual os bens produzidos satisfazem os objectivos de reprodução dos produtores e da ordem social. Neste sentido, uma vez satisfeitas necessidades fundamentais, concretas, limitadas, que não visam atender a um mercado abstracto, passa-se a incentivar uma relação harmoniosa com a natureza tendo em conta o significado que esta tem para o grupo (Silva, 2000).

É preciso salientar que as regras associadas à utilização dos recursos em geral são baseadas em princípios culturais, o que se reflecte nas regras da gestão tradicional dos recursos, questão bastante presente nas relações entre os povos animistas e o seu ambiente.

Ao mar é atribuído um significado especial pelas comunidades locais. A relação dos povos das ilhas com o mar é fundamentada nos valores tradicionais que constitui toda a estrutura social desses povos. Toda população tem acesso ao mar. O mar provê a maior parte dos recursos para a sobrevivência das comunidades locais. Além da população local, também é notável a presença dos pescadores oriundos de localidades estrangeiras, responsáveis pela introdução de canoas motorizadas para os fins comerciais (Silva,2000).

A organização do espaço e uso dos recursos naturais comuns são produzidas pelos anciões da comunidade em eventos rituais que envolvem toda população. Nesses eventos rituais, os recursos naturais são usados para prática de cerimónias.

De uma forma geral, as actividades económicas praticadas pelo povo bijagó são feitas dentro de um quadro de necessidades colectivas da unidade produtiva que é família. Contudo, aquilo que se pode caracterizar de um equilíbrio entre a relação do povo bijagó com a natureza, viu-se ameaçado com o advento de uma nova lógica de produção e de consumo nos últimos anos. Novos conceitos e novos valores para as actividades económicas foram introduzidas. As actividades que eram destinadas e feitas pelo grupo e para grupo passaram a ser para atender às necessidades do mercado global, o que conseqüentemente significa o rompimento com o sistema de produção anterior, baseado no equilíbrio de actividades que não requerem grandes sofisticações (Silva 2002). Desse modo, a pressão sobre os recursos aumenta à medida em que o equilíbrio do relacionamento entre a população com seu meio natural foi posto em causa devido à invasão por membros da comunidade estrangeira, munidos de meios de exploração mais sofisticados, com maior capacidade de extracção através de canoas motorizadas, desrespeitando todas as regras tradicionais (Catry, 2001).

Nesta perspectiva, a reflexão sobre o processo de institucionalização de iniciativas colectivas remete ao momento em que são criadas as áreas protegidas, ao cenário institucional e, sobretudo, às condições que eram vigentes até a sua criação e que resultaram na constituição do seu estado *ex-ante* e *ex-post*, referente às novas regras do jogo ou alterações nas normas (Pereira, 2013). A criação de AMPC não foge desse enquadramento teórico-prático, uma vez que é resultante de uma iniciativa coletiva baseada na conjuntura socioeconómica.

4. Construção do Inquérito e Análise dos Resultados

O campo de análise deste estudo é a Area Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok. O método de análise foi derivado do modelo de *Framework* IAD. A definição das variáveis de análise e sua descrição foram resultantes de uma adaptação daquelas propostas por Ostrom e McGinnis (2011) aplicado na pesquisa de Pereira (2013), a qual teve como base o *framework* para análise de sistemas socio ecológicos (SES) apresentado no ponto 3 desta dissertação. Manteve-se o propósito metodológico aplicado por este mesmo autor, isto é, realizamos a análise das mesmas esferas segundo propostas pelo autor, contudo, adaptou-se a realidade deste trabalho inovando essencialmente na combinação de um estudo de caso no contexto africano, com um procedimento de análise adaptada a uma realidade peculiar.

Para iniciarmos o estudo, primeiramente foi feita uma pesquisa documental, cujo foco foi consultar estudos relacionados, documentos oficiais das instituições, trabalhos científicos e demais materiais necessários para construir um arcabouço teórico e metodológico que alicerçasse as investigações e proposições analíticas deste estudo. Por essa via, constatou-se muitos estudos que apresentavam resultados relevantes para a composição dos dados requeridos para abordar as variáveis envolvidas nesta investigação, de modo que foram acessados relatórios e documentos oficiais de organizações governamentais e não-governamentais, tendo como referência o tema das áreas protegidas e a acção colectiva.

Utilizou-se como base de pesquisa os portais oficiais na internet dos órgãos governamentais e não-governamentais para os documentos de pesquisa académicas (artigos, estudos de casos, relatórios).

A colecta de dados foi feita por meio de um questionário simples e direto com um número restrito de questões fechadas e abertas para não desincentivar a respostas atendendo a vertentes como o nível de instrução da população (ver anexo 1). Os entrevistados foram seleccionados conforme a sua atuação no comité de gestão do AMPC-Urok e o universo de entrevistados não se restringiu, contudo, aos participantes do comité de gestão Urok, sendo considerados outros atores que não propriamente integrados, mas indicados e reconhecidos pelos próprios membros de comité de gestão ou apontados como importantes no processo de gestão do AMPC.

A pesquisa de campo foi concentrada na ilha de Formosa² onde se encontra grande parte dos membros do comité de gestão e a sede de organizações que atuam no complexo Urok, isto é, entrevistou-se um maior número de atores e líderes das organizações nessa ilha. No entanto, foram colectados dados nas outras ilhas, respectivamente em Chedigán e Ngago com um número menor de entrevistas. Como corpo de entrevistados foi composto, assim, por um total de 49 respondentes. Em sua maioria foram membros de comité de gestão Urok (29), mas também alguns membros da comunidade (14) e funcionários das organizações governamentais e não-governamental (6).

A organização e análise dos dados não buscou a significância estatística dos variáveis com que trabalhamos, mas, focou-se na interpretação qualitativa dos resultados colhidos de modo aprofundado, tendo-se em conta caracterizar de maneira atenta a realidade sobre a qual nos debruçamos, a ação coletiva de comunidades locais nas ilhas Urok onde implantou-se área de proteção ambiental.

De acordo com a metodologia proposta para este trabalho, considerou-se sete categorias de análise para os fins de testar as hipóteses levantadas para pesquisa e salientar as particularidades do sistema de gestão dos recursos naturais em Urok, bem como tornar possível identificar suas semelhanças com os sistemas verificados em outras partes. Tais categorias foram já mencionadas no início do ponto 3.2: 1)- Usuários dos recursos; 2)- Recursos Unitários; 3)- Sistema de Recursos; 4)- Sistema de gestão; 5)- Sistema Ecológico; 6)- Configuração Sócio-Político-Económica; 7)-Interacções e resultados.

4.1. Usuários dos Recursos ou Atores

Por meio desta categoria discorremos sobre os usuários de recursos existentes na AMPC, de modo a abranger o grupo de atores que efetivamente influenciam as ações e decisões locais. Refere-se a diferentes participantes que interagem num determinado sistema ecológico. Constatou-se que 87,75% dos inqueridos responderam que

² De acordo com recenseamento demográfico realizado em 1991, o número da população residente no complexo Urok é de 2572 habitantes, destacando-se 1703 indivíduos na ilha de Formosa, 569 em Nago e 300 em Chediã. Um recenseamento informal realizado por iniciativa local em 1999, refere-se à existência de 2719 habitantes só na ilha de Formosa, ou seja, a ilha com a maior concentração de habitantes

comunidade local é o principal usuário dos recursos existentes na AMPC, 8,15% respondem que os recursos são usados pela comunidade local e outras comunidades vizinhas e 4% apontam que a comunidade local e as comunidades estrangeiras são as usuárias dos recursos locais (Figura 8). A análise desses dados remete à questão de direito de uso da propriedade comum como um fator importante para o incentivo a acção colectiva. Ostrom (2008) sustenta que não havendo regras que definem o direito de uso à comunidade local, tende-se incentivar um regime de uso aberto para outras comunidades estrangeiras que não têm conhecimento dos valores e costumes que regem a relação entre a comunidade local e seu recurso natural. Nesse caso, a consequência é enfraquecimento dos atores locais tendo em vista sua vulnerabilidade face à imposição de grupos de interesses munidos de meios de uso mais sofisticado de exploração dos recursos e o resultado é muitas vezes desincentivar o uso sustentável. Por outro lado, não estando estabelecido o direito de propriedade de uso, inibe-se a sensação de pertença por parte da população local que por sua vez desvaloriza qualquer esforço de conservação uma vez não tendo controlo de quem e como pode usar os recursos (Agrawal, 2001). Desse modo, o sistema socio ecológico passa a proporcionar desincentivos à utilização e gestão sustentável de recursos e pode eliminar indevidamente direitos de propriedade colectiva em detrimento de direito de propriedade individual, promovendo em muitos caso a exclusão, pobreza, a desigualdade social, instabilidade, ou, em alguns casos, o conflito (Ostrom, 2008).

Quanto às organizações existentes no AMPC, a ONG Tiniguena destaca-se como a principal organização atuante nessa área, mencionada por 63% dos inquiridos. Em seguida, verificamos que a instituição mais mencionada como atuante na região é a Igreja Evangélica e o Instituto para Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP). De forma prevalente, podemos destacar a menção dos entrevistados ao papel exercido pela Tiniguena como organização mais influente no que toca às ações para gestão dos recursos locais.

O peso das ONGs reflete em todas as esferas da comunidade local. A Tiniguena assume o papel do Estado aos olhos da população local, de provimento dos serviços básico tais como: transporte, educação e organização das estruturas de gestão de aldeias até serviços de saúde pública. A igreja evangélica é outra organização que atua na região e a sua actividade está mais voltada à missão religiosa e alguns serviços pontuais de apoio à população.

Figura 8. Tabela percentual dos usuários dos recursos naturais das ilhas Urok.

Utilização dos recursos		
Comunidade local	43	87,75%
Comunidade local e outras	4	8,15%
Comunidade local e estrangeiras	2	4,00%
Total	49	100%

Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016.

4.2. Recursos Unitários, Sistema de Recursos e Sistema Ecológico

Sob a denominação “recursos unitários” designamos a atuação do tipo de bens ou produtos existentes na AMPC como um Sistema de Recurso ou Sistema Ecológico. A sua importância referente à condução da ação colectiva é determinante uma vez que o valor do produto extraído determina a ação dos atores. Os produtos com menor valor comercial tendem a não chamar atenção e constituem um fraco incentivo a qualquer acção colectiva. Conforme salientou Anderson (2006) (in Pereira, 2013), os recursos unitários com alto valor comercial são muito atraentes na mobilização de atores sociais para sua gestão e conservação. Em Urok, a presença de algumas espécies de grande valor comercial como Bentana, Corvina, Bica, Barracuda (Becuda), Camarão, certos produtos da farmacopeia tradicional retirados do mangal e de determinadas espécies vegetais presentes nos ilhéus, além dos frutos do tarrafe, *Avicennia*, da madeira e do sal são os grandes atractivos.

A comunidade residente das ilhas que forma Urok conta com os recursos naturais que a zona costeira oferece para sua alimentação e os meios de sobrevivência. A principal forma de alimentação é baseada em proteínas, especialmente as espécies de conchas (*Combés*, *Anadara Senilis*, *Lingron*, *Tagelus Adamsoni*), as ostras de mangal e de rocha (*Crassostrea gasar* e *Cassostrea tulipa*), e para o cumprimento dos deveres tradicionais e para a realização de diversas cerimónias (Henriques, 2005). Deve-se informar também o papel dos palmares na paisagem de Urok e para as práticas extractivistas e de organização dos meios de sobrevivência.

Os palmares, mais ou menos densos, ocupam cerca de dois terços da parte terrestre das ilhas Urok. No sistema de produção agro-silvo- pastoral dos Bijagós, os palmares constituem um meio de importância capital. Para além da

diversidade notável dos seus produtos e subprodutos, pratica-se ali a cultura do arroz de sequeiro com recurso à queimada (pampam) e a criação de gado(Urok, 2014, p.26).

A paisagem de Urok conta com savanas na encosta ocidental das ilhas com solo propício para agricultura e constitui a fonte de vários recursos de uso comunitário, desde a utilização da palha para cobrir as casas até campo para criação de gados.

As savanas arbustivas oferecem certos recursos lenhosos como o pau de carvão, a partir do qual se fabrica o carvão vegetal, e a Farroba de lala, procurada pelos seus frutos e pela sua madeira. Em termos de biodiversidade, as savanas constituem um *habitat* importante para certas espécies como o hipopótamo, presente em Formosa até muito recentemente (o último espécime foi observado em 2010, pelo que a possibilidade de uma imigração não está completamente excluída), as aves (papagaios, abetardas em particular) ou os répteis (Urok, 2014, p.31).

No interior das ilhas há uma floresta densa em torno de carácter sagrado, regida pelas regras tradicionais da comunidade, na qual é proibida a prática de agricultura com base em queimada, a sua utilização é feita em tempos estabelecidos pelos espíritos tradicionais que pode ter um entrevado de 30 em 30 anos. Tais sítios são reservados para os fins de prática de cerimónias tradicionais baseadas na estrita ligação de uma relação simbólica com o meio ambiente natural.

Não obstante, a lógica do sistema económico à qual se dedica a grande parte da população é baseado nos valores comunitários numa perspectiva não mercantil destinada ao consumo, sendo que os bens produzidos satisfazem os objectivos de reprodução dos produtores e da ordem social (Silva, 2000). Neste sentido, uma vez satisfeitas necessidades fundamentais, concretas, limitadas, que não visam atender a um mercado abstracto, o valor comercial dos recursos existentes nessa passa a ser não determinante no incentivo à acção social.

Entretanto, com intuito de saber qual era a percepção dos entrevistados sobre a clareza dos limites territoriais relativos à AMPC como um Sistema de Recursos, a maioria declara desconhecer. De igual modo que respondem genericamente relativamente ao tipo de recursos existentes na AMPC. Ou seja, ao perguntarmos qual tipo de recursos existente na AMPC, as respostas eram genéricas, citando peixe, recursos florestais e recursos marinhos, os inquiridos não sabiam especificar por nomes ou categorias. Este fato levou-nos a presumir que a grande maioria de membros da comunidade não têm noção cabal dos

limites da extensão territorial e o valor mercantil dos produtos existentes nessa área pelo que a probabilidade dessa categoria constituir a principal razão de incentivo à ação colectiva é pouca ou não tem o peso neste contexto específico.

4.3 Configuração Sócio-Político-Económica, Interações e Resultados

Tendo como objetivo captar a forma como os atores estão relacionados dentro do campo de ação, abrangendo precedentes históricos, diferenças culturais, religiosas, valores, crenças, saberes, nível de pobreza e vários outros factores socioeconómicos que contribuem por sua vez para o nível de confiança e aumento de probabilidade de iniciativas colectivas para conservação de um determinado ecossistema, o questionário de pesquisa incluiu algumas questões com o objectivo de identificar as formas como a configuração sócio-política e económica pode influenciar a ação social dos atores envolvidos nas comunidades locais.

Os participantes foram questionados sobre questões relacionadas com a idade, sexo, habilitação, número de filhos, o tipo de atividades económica que caracteriza a comunidade de AMPC, quem utiliza os recursos existentes na área e para que finalidade, que tipos de combustível usam para cozinhar, qual o nível de dependência da comunidade aos recursos existentes na área de estudo.

No que refere-se à caracterização dos participantes em termos de sexo, constatou-se que dentre os 49 sujeitos que responderam à pesquisa, 18 são do sexo feminino e 31 do sexo masculino (Figura 9). A posição da mulher na AMPC-Urok, ilustra a importância da discussão de género na condução de iniciativas colectivas dentro dessa comunidade, uma vez sendo as mulheres consideradas o grupo social mais vulnerável em relação aos recursos naturais existentes na comunidade devido a sua importância na provimento de meios de subsistência para a família através de actividades de extracção de olho de palma, trabalho de campo e pesca, factores que lhe conferem maior responsabilidade em relação aos recursos naturais (Ver anexo Foto 1 e 4).

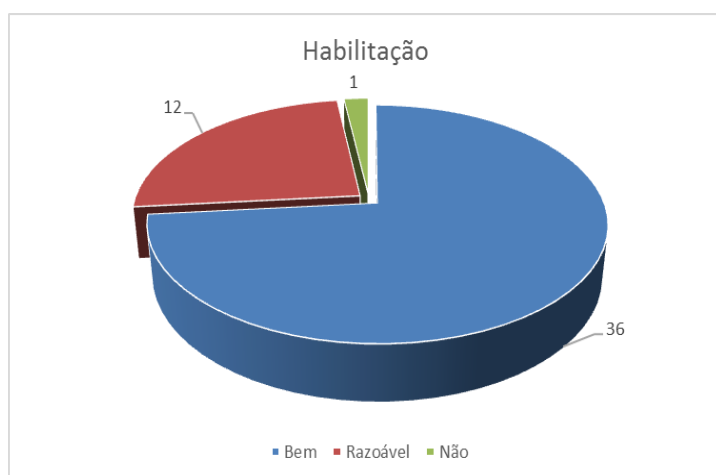
Figura 9. Percentagem dos inquiridos por sexo.



Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016.

No que toca ao nível de alfabetização, apenas quatro das pessoas entrevistadas declararam ter formação superior. Para os demais participantes, optamos por enquadrar seus relatos em três categorias distintas, quais sejam “bem”, “razoável” e “não”, sendo que a primeira diz respeito a pessoas que tinham obtido instrução até pelo menos 9º ano ou mais do ensino; Razoável aqueles que declaram ter frequentado o ensino formal até 4º ano e o “Não” são os analfabetos, ou aqueles que não chegaram a frequentar ensino formal. As proporções de entrevistados que declararam instrução em um dos níveis descritos encontram-se sintetizadas na Figura 10.

Figura 10. Distribuição dos entrevistados de acordo com suas habilitações escolares.



Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016.

Em relação a idade, os inquiridos são diversificados, sendo a maioria de pessoas com idade relativamente avançada obtendo uma média de 39 anos. Isso deve-se ao facto de emigração da população jovem das zonas rurais para zonas urbanas devido ao isolamento das regiões rurais e a carência socioeconómica. Grande maioria de pessoas jovens com idade correspondente a facha etária 20-30 abandona sua terra natal a procura de melhores qualidades de vida nos centros urbanos. A idade é um fator importante na comunidade, a tradição e os principais assuntos, regras de convivências,

distribuição de recursos da comunidade são, muitas vezes, decididos por pessoas mais velhas “homens grandes” (Ver anexo, foto 5), os mais jovens e as mulheres limitam-se a seguir e respeitar as decisões dos mais velhos.

Número de filhos é outra categoria inquirida, de modo geral, um número significativo dos inquiridos têm muitos filhos numa média de 6 filhos.

Na sua organização como grupo, os bijagós, através dos anciões da comunidade e dos eventos rituais definem as regras de a convivência e interacção dentro da comunidade. A importância dos recursos naturais, tanto pela cultura assim como para manutenção da tradição torna-se evidente na prática de eventos rituais as quais não se realizam sem recursos naturais, especialmente peixe e mariscos. Os inquiridos relatam a extinção de algumas espécies marinhas que eram importantes para manutenção de alguns rituais de iniciação e que hoje estão extintas da prática de actividades culturais devido a não existência de um determinado espécie. Deste modo a preservação dos recursos e o seu uso racionalizado constitui uma necessidade do grupo para manutenção da sua tradição e a convivência social dentro de uma dinâmica da interacção com o meio natural na qual se dá produção de meios de sobrevivência submetida a uma dependência recíproca entre população e recursos naturais. Acção social surge dentro de um processo colectivo resultante da condição socioeconómica do grupo (Lopes, 1983).

Entretanto, a reflexão sobre o processo de institucionalização de iniciativas colectivas remete a necessidade de compreender a situação socioeconómica da população do complexo de Urok como um factor imprescindível para compreensão dos factores que influenciam os actores neste campo específico a se organizarem para iniciativas colectivas.

Essa categoria de análise destacou-se tanto na análise documental assim como na coleta de dados primários, pois em relação às questões feitas notou-se que 100% de inquiridos responderam favoravelmente à dependência da comunidade a recursos naturais. Por outro lado, a não existência desses recursos significava inexistência de manutenção da cultura e as tradições que são muito importantes para esse povo. Em relação à actividade económica, 34% dos inquiridos responderam que a sua actividade económica é agricultura e 65 % declaram exercer as duas actividades simultaneamente, tratando-se de agricultores e pescadores ao mesmo tempo (Figura 11), e 100% declaram que o combustível usado para actividades domésticas é na base de lenha (madeira), o que mostra a forte dependência desse grupo ao meio ambiente natural.

Figura 11. Prevalência do ramo de atividade económica.

Atividade Económica		
Agricultura	17	34,70%
Agricultura e Pesca	32	65,30%
Total	49	100%

Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016.

Notou-se que as formas de interações entre os atores locais têm-se dado de maneira harmónica, uma vez que os relatos informam que o nível de compartilhamento de informações acerca do contexto em que estão inseridos e relativas àquilo que está relacionada às regras e normas de uso e gestão de recursos é alto (Foto 3). Além disso, constatou-se que a maior parte dos entrevistados relata um nível baixo ou nulo de conflitos, o que favorece o agenciamento coletivo (Figura 12).

Figura 12: Tabela percentual de respostas em relação à ocorrência de conflitos e compartilhamento de informações

Ocorrência de conflitos entre usuários		
Baixa	43	87,75%
Nula	6	12,25%
Total	49	100%

Compartilhamento de Informações		
Muito alto	6	12,25%
Alto	42	85,71%
Baixo	1	2,04%
Total	49	100%

Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016

Analisando a interação dos atores envolvidos no AMPC foi possível perceber que a coesão social é baseada em normas socioculturais que têm significados simbólicos para os membros da comunidade e a transferência dessa ordem simbólica para ação

prática traduz-se num instrumento colectivo importante para as iniciativas sociais e naturais da sustentabilidade ambiental.

4.4. Sistema de Gestão

Com esta categoria de análise tratou-se de identificar o sistema de arranjos institucionais referentes às normas e regras e o mecanismo de gestões reconhecido pelos atores como factores determinantes numa iniciativa colectiva e podem influenciar a ação colectiva uma vez que são factores que regulam comportamento dos atores e resolução de problemas (McGinnis e Ostrom, 2014 in Pereira 2013). Sistema de gestão abrange desde as formas de organizações existente, até as normas sociais reguladoras que constituem o consenso colectivo sobre comportamento dos indivíduos aceites como obrigatórios, permitidos ou proibidos (Ostrom, 2010).

Questionados sobre conhecimento da existência das regras estabelecidas na AMPC, 100% dos inquiridos responderam sim e 100% reconhece igualmente a existência da legislação ambiental a nível nacional. Contudo, somente 18,36% dos inqueridos, constituído na sua maioria por funcionários das organizações e representantes governamentais responderam a favor do cumprimento das regras e a legislação, enquanto 81,64 % responderam que a legislação está a ser parcialmente cumprida, ou seja, não cumprida na sua totalidade (Figura 13). Entretanto a percepção da existência da legislação por parte de membros da comunidade pode estar relacionado á percepção de autoridade pública, representatividade do Estado em várias esferas da vida da população. Uma vez que essa representatividade não é notória, as questões relacionadas a percepção da legislação ainda que reconhecida a sua existência, mas em termos práticos não produz efeitos que possa influenciar a ação dos cidadãos.

Figura13. Tabela sobre respostas em relação ao cumprimento da legislação

Cumprimento da legislação pela AMPC		
Sim	9	18,36%
Parcialmente	40	81,64%
Total	49	100%

Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016

Quanto à existência de sanções para o não cumprimento das regras estabelecidas para não cumprimento das regras, todos os inqueridos responderam que existe sanções, 34,70% consideram sanções rígidas e 65,30% consideram-nas adequadas (Figura14). Esse fato remete à aplicação de sanções ao descumprimento das regras estabelecidas

para gestão de recursos. AMPC-Urok está dividida em 3 principais zonas: Uma zona central reservada exclusivamente aos residentes, onde acesso é limitado aos pescadores de outras comunidade e para a comunidade local só é permitida a pesca de subsistência e a ligada às cerimónias onde não se pode usar certas técnicas da pesca; Uma zona periférica igualmente reservada aos residentes para a prática da pesca artesanal comercial e que está destinada a responder às necessidades de segurança económica, porém, regulada em termos de uso de tipo da rede e técnicas de captura; Por fim uma aberta, de acesso irrestrito, aberta aos pescadores não-residentes desde que respeitem certas regras básicas relativas às artes e técnicas de pesca.

O não cumprimento dessas normas implica aplicação de multa e posteriormente confisco do material usado (canoa, rede ou motores) no caso de não pagamento da multa (Foto 7). O material apreendido é leiloado e o dinheiro revertido para as necessidades da população local, segundo relato de um funcionário da ONG Tinniguena, referindo-se à uma canoa motorizada que foi apreendido na pesca ilegal numa zona interdita, o material agora será usado para os fins de transporte da população. Não obstante, alguns inqueridos manifestaram-se insatisfeitos com estas medidas pelo que consideram muito rígidas devido a necessidade da população de pescar grandes quantidades ou espécies de valor comercial para vender em troca de outros produtos que não existem na ilha e para isso, muitas vezes têm de infringir as técnicas e normas de captura.

Figura 14. Tabela das respostas em relação às sanções

Sanções		
Rígidas	17	34,70%
Adequadas	32	65,30%
Total	49	100%

Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016

Para a definição de regras, o resultado da pesquisa pelo questionário demonstra uma divisão de opiniões entre os entrevistados quanto a autonomia da população local na definição das regras. De um lado, um grupo construído por membros da comunidade consideram que há autonomia limitada em termos de participação, de outro lado, um grupo formado pelos membros representantes das organizações que consideram que há

autonomia total na composição atual das regras vigentes na gestão de AMPC. Esta opinião não é compartilhada por alguns membros da comunidade que acham que não há nenhuma autonomia referente a definição de regras em jogo. Aqui deparamos com uma questão de participação de que Arnstein (1969) refere nos níveis 3 e 4 - Informação e Consulta (Ponto 2.4) – nos quais, segundo o autor, ocorre participação numa perspectiva de participação de membros da comunidade nas reuniões onde recebem informação e formação relacionada aos assuntos do seu interesse, suas responsabilidades, direitos e medidas de gestão. Entretanto, trata-se de um fluxo de informação somente de cima para baixo sobre o qual não há garantias que assegurem que os participantes têm algum poder de influência sobre as medidas a serem tomadas. A estrutura de gestão de AMPC-Urok envolve a comunidade local em varias esferas de gestão em termos de fiscalização da zona costeira, tomar parte nas reuniões de comité de gestão e as estruturas de aldeia. No entanto, relativamente a participação efectiva em termos de influência nas decisões e aplicação do plano de gestão, está a cargo de ONG Tiniguena. Alguns dos nossos entrevistados, não se sentem parte de produção de regras de gestão, isso reflectiu-se na resposta dos inquiridos que consideram limitado autonomia da comunidade local na definição de regras.

No que se refere à presença do Estado, 65,30% dos inquiridos consideram que acções do Estado é pouca efectiva na AMPC, 22,45% consideram que são inexistentes e 12,25% consideram que são efectivas (Figura 15).

Figura 15 Tabela de respostas referentes à percepção de politicas publicas

Políticas governamentais		
Pouco efetivas	32	65,30%
Efetivas	6	12,25%
Inexistentes	11	22,45%
Total	49	100%

Fonte: Entrevistas realizadas por Sanó, 2016

Os resultados em relação às políticas governamentais são reflexo da condição de isolamento em que se encontra a comunidade de AMPC-Urok devido as carências nos serviços de necessidades básicas da população local – educação, saúde, mobilidade e segurança pública. Na ilha de Formosa há varias aldeias que não têm

escolas, as crianças dessas aldeias têm que caminhar uma distância significativa para poderem frequentar as escolas só até 6º ano de escolaridade. Não existe o ensino liceal, para frequentar liceu os habitantes têm que se deslocar para Bissau ou para outras ilhas se tiverem familiar ou condições financeiros para se manterem longe de casa. Esse fato reflecte-se no nível da escolaridade na região, onde há um índice muito elevado de analfabetismo porque a maioria da população não tem condições financeiras de estudar fora da ilha e acabam por desistir dos estudos.

Em termos de transporte que é um fator que liga a comunidade ao resto do país, constata-se ausência total de transportes públicos, os únicos meios de transporte que facilita mobilidade da população são as canoas motorizadas das organizações não-governamentais que frequentam a ilha quando há missão que justifique a deslocação de canoas. A Tiniguena e a igreja evangélica têm assumido o papel do Estado, sobretudo na construção de escolas, provimento de meio de transporte, instrução da população local através de formação técnica e prática. Embora exista representação das autoridades governamentais na região, mesmo esses dependem dos serviços providos pela Tiniguena em particular, para se deslocar e colmatar as necessidades básicas das suas funções.

No que se refere a saúde pública, toda comunidade de Formosa em especial, conta com uma unidade de centro de saúde e um número muito limitado de funcionários para mais de 10 aldeias. No caso de situações de emergência a população arrisca viajar para Bissau o que muitas vezes não se faz de maneira mais rápida e segura e muitos acabam por morrer.

5. Conclusões

Este trabalho buscou analisar os factores que influenciam os diversos atores de uma área protegida a organizarem-se e criarem ações coletivas para manejo e gestão dos recursos comuns existentes no AMPC.

De acordo com os resultados da pesquisa documental e da coleta de dados primários é possível defender que as hipóteses levantadas pela investigação- há um ponto de convergência de âmbitos cultural e social entre os atores em relação aos recursos comuns - foram comprovadas para o campo de investigação, posto que foram constatados elementos que ilustram uma ligação entre os atores conforme seus objetivos fundamentados nos interesses comuns baseados nos factores socio culturais, os quais dão suporte para coesão social e fornecem a base para iniciativas colectivas em prol dos bens comuns. A criação de arranjos institucionais visando a conservação dos recursos na AMPC, apresenta uma inovação sendo uma iniciativa partida de atores que, tendo a consciência dos recursos naturais na manutenção da cultura e tradição da população residente na AMPC, decidem organizar-se e criar a matriz institucional para conservação desses recursos. Esta mobilização facilitou a criação de novos mecanismos de gestão partilhada que fomenta cooperação e mobilizações dos grupos de interesse em busca de soluções, que encontrarem alternativas sobre como gerir e governar os recursos comuns naturais.

No que se refere à segunda hipótese da investigação - ausência de políticas governamentais na promoção de políticas públicas voltadas a atender às necessidades das populações locais como um fator importante na mobilização de atores a nível local - os resultados demonstraram a ineficiência das políticas e acções governamentais na AMPC, constatou-se a fraca intervenção do Estado na promoção de ações concretas para promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioambiental para esta população. Consequentemente, a população da AMPC vendo-se numa situação de vulnerabilidade em relação ao seu meio, muitas vezes por decisões que nem sempre beneficiam a gestão compartilhada dos recursos comuns, dadas perspectivas diferentes da conservação do recursos, os quais encontram motivação e são impulsionados por outras instituições, que não-governamentais. Neste caso, os aspectos norteadores são culturais produtivistas baseados numa perspectiva tradicional de conservação dos recursos comuns.

Neste sentido, é possível reforçar o entendimento de que há uma aproximação entre os atores conforme seus objetivos em relação ao seu meio físico natural e recursos que este dispõe, constituindo um incentivo à ação colectiva e criando distintos mecanismos objetivos de acordo com seus interesses produtivos ou ambientais e isso serve de base para procurar novos arranjos organizacionais colectivos em parceria com outras entidades o qual ainda está em processo de evolução e delineamento.

Por outro lado, a ação do Estado através das políticas públicas direccionadas para conservação dos recursos não propiciou o desenvolvimento de ações coletivas para gestão dos recursos comuns e consequentemente desperta a reacção positiva e mobilização da população local em busca de soluções e alternativas sobre como gerir e governar os recursos comuns naturais.

Os mecanismos de gestão participativa de área marinha protegida comunitária de Urok insere-se dentro do quadro do processo de iniciativa colectiva local que buscou parcerias de outros atores sociais para concretização dos objectivos comuns.

Para concluir, no que diz respeito às políticas ambientais, o estudo demonstra uma relevância substancial, contribuindo particularmente no entendimento da importância das iniciativas para a descentralização de fóruns de decisões envolvendo diferentes sensibilidades da esfera social no sistema de gestão de recursos naturais comuns e para criar novos arranjos institucionais através dos quais se pode alcançar um equilíbrio entre a sustentabilidade ecológica e necessidades de desenvolvimento. Da mesma forma, reforça a importância de capacitação das estruturas de base como incentivo à participação no desenho institucional e estratégico com vista aos melhores resultados em termos de protecção ambiental e desenvolvimento económico.

6. Referências

Abreu, J. B. M. (2011), “Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental em Áreas Protegidas”. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente, Gestão e Sistemas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Alvaides, N. K. (2013) “Tradições traduzidas: um estudo psicossocial sobre as memórias sociais dos moradores da comunidade do Marujá – Parque estadual da Ilha do Cardoso “. São Carlos – UFSCar, Dissertação (Mestrado em Psicologia).

Araújo, M. A. R. (2007), “Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial”. Belo Horizonte. SEGRAC pp 272.

Arnstein S. R. (1969) “A ladder of citizen participation”, *Journal of the American Planning Association*, v. 35, n. 4, p. 216-224.

Borglund, H. (2011) “Governing the commons - A case-study of Rio Limpio National Park, Dominican Republic” Bachelor degree| Environment & Development Södertörn University | School of Life Sciences

Borrini-Feyerabend, G., Farvar, M. T., Nguinguiri, J. C. & Ndangang, V. A. (2000): “Comanagement of Natural Resources: Organising, Negotiating and Learning-by-Doing”. GTZ and IUCN, Kasperek Verlag, Heidelberg (Germany). Reprint 2007.

Brown, D.(1999). “Principles and practice of forest co-management: evidence from west-central Africa. European union tropical forestry”, Paper 2. Overseas Development Institute and the European Commission, London and Brussels.

Burns, D., Hamilton, R. and Hogget, P.(1994) “The politics of decentralization”, Basingstoke: MacMillan p. 23-46.

Cabral, A. (1973), “National Liberation and Culture”. In Cabral, A. Return in the Source: Selected Speeches of Amílcar Cabral, Monthly Press: New York

Castro, A.P., (1997). “Social and anti-social forestry in Bangladesh” *Development Anthropologist*. 3–12.

Catry, P. (2001) “Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango MP: Plano de Gestão”. UICN Bissau.

Dudley, N. (ed.) (2008), "Guidelines for Applying IUCN Protected Area Categories". Gland, Switzerland: IUCN.

Forsyth, Tim; Johnson Craig (2014) "Elinor Ostrom's Legacy: Governing the Commons and the Rational Choice Controversy" International Institute of Social Studies, 45 (5) pp. 1093-1110.

Hardin, Garrett, (1968), "Tragedy of the Commons", Published in Science Magazine, Retrieved from: http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html.

Hardt, L. P. A. ; Hardt C., Pellizzaro, P.C., Roderjan, C. V. (2011), " Paisagem protegida: gestão de unidades de conservação em áreas urbanas". Pontifícia Universidade Católica do Paraná -PUCPR.

Jones Samantha, Carswell Grace, (2004), "Environmental Problems in the tropics: Challenging the Orthodoxies", Environment, Development & Rural Livelihoods., Earthscan, London and Sterling.

Kapoor, I (2002) "Third World Quarterly The devils in the theory: a critical assessment of Robert Chambers' work on participatory development " 23 (1) p 101 - 117 .

Lane, Marcus; Corbett, Toni (2005) "The Tyranny of localism: Indigenous participation in community-based environmental management", Journal of Environmental Policy & Planning, p. 141-159.

Lant .Christopher L, J. B. Ruhl, and Steven E. Kraft (2008). "The Tragedy of Ecosystem Services " BioScience Vol. 58 No. 10 p. 969- 974.

Lopes, C. (1983) "Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau". Ed. Catez UNESCO.

Medeiros, J. Borges , D.(2007), " Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN", Revista de Administração Pública, v.41, n.1, p.63-81.

Ostrom E. (1999) "Governing the commons: the evolution for collective action". Cambridge: Cambridge University Press.

Ostrom E. (2008) “Frameworks and Theories of Environmental Change. Global Environmental Change, Norwich, v.18, n. 2, p. 249–252.

PANA, (2006) “Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas” Direcção Geral do ambiente, Bissau.

Pereira, M. A. (2013) “ Gestão de recursos comuns no entorno de áreas protegida: Ação colectiva e desenvolvimento rural no sistema socio-ecológico no Parque Nacional na Serra de Bodoquena”.

Rocha, E.M. (1997) “A ladder of empowerment”. Journal of Planning Education and Research 17, 31–44.

Silva, Dilma de Melo (2000) “Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagó da Guiné-Bissau” Terceira Margem, São Paulo.

Svarstad H, Daugstad K, Vistad O I, Gulvdvik I (2006) “New protected areas in Norway: local participation without gender equality?”. Mt Res Dev 48-54

UNEP (2014) “Globally-emitted Contaminants Affecting SIDS’ in Emerging issues for Small Island Developing States”. Results of the UNEP Foresight Process.

Urok (2014) “Plano de gestão AMPC-Urok” Tiniguena, Bissau.

Anexo 1

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Entrevistado:

Sexo: F () M()

Idade:

Número de filhos ()

Habilitações:

Organização

Data:

1. Que tipo de actividade (s) económica(s) caracterizam esta sociedade?
 - a) Pesca ()
 - b) Agricultura ()

 2. Que tipo de combustível usam para cozinhar?
 3. Quais são os recursos principais desta Área protegida (AP)?
 4. Quais deles são comuns, ou seja, toda a gente tem acesso a eles?
 5. Quem utiliza os recursos existentes nesta AP?
 - a) *Comunidade local* (); b) *Imigrantes estrangeiros* (); c) *Membros de outras comunidades* (); d) *Empresas privadas* (); e) *outros* ()

 6. Como avalia as regras de uso de recursos existentes nesta AP?
 7. Quais as principais organizações que atuam nesta AP?
 - a) *Governamentais* (); b) *ONGs* (); c) *Outras*
 8. Há regras estabelecidas para uso dos recursos existentes nesta AP?
 - a) *Sim* (); b) *Não* ()
- Se sim, são:
- a) *Rígidas* () a) *Flexíveis* () c) *Sem efeito* ()
-
9. Qual o nível de autonomia na definição de regras para a gestão dos recursos nesta AP?
 - a) *Autonomia total* () b) *Autonomia parcial ou limitada* () c) *Pouca autonomia* d) *Nenhuma autonomia* ()

10. Existe legislação ambiental a nível nacional?

a) Sim () b) Não

11. Se sim, em relação à esta AP a legislação está a ser:

a) Cumprida () b) Parcialmente cumprida () c) Pouco cumprida () d) Não

12. Existem sanções para incumprimento de regras estabelecidas nesta AP?

a) Sim b) Não

13. Se sim, considera essas sanções:

a) Fortes () b) Fracas () c) Adequadas ()

14. Como avalia as políticas governamentais voltadas para esta AP?

a) Efectivas () b) Pouco efectivas () c) Inexistentes ()

15. Qual o nível de ocorrência de conflitos entre usuários de recursos nesta AP?

a) Muito alto (); b) Alto (); c) baixo (); d) nulo ()

16. Qual o nível de partilha de informações nesta AP?

a) Muito alto (); b) Alto (); c) Baixo (); d) Nulo ()

17. Qual o nível de dependência da comunidade com os recursos existentes nesta AP?

a) Muito alto (); b) Alto (); c) Baixo (); d) Nulo ()

18- Descreva o processo de deliberação para tomada de decisão colectiva sobre os assuntos relativos à gestão dos recursos existentes nesta AP.

Anexo 2

1. Salina (Unidade de produção de Sal das mulheres da comunidade de Formosa).



Fonte: Sanó, 2016

2- Sal



Fonte: Sanó, 2016

3. Centro cultural Urok e a Sede de radio comunitária Urok.



Fonte: Sanó, 2016

4. Mulheres da Ilha de Formosa



Fonte: Sanó, 2016

5. Membros da Comunidade



Fonte: Sanó, 2016

6. Fogão à lenha. Lenha é o principal combustível usado para actividades domesticas.



Fonte: Sanó, 2016

7. Canoa apreendida por pesca ilegal



Fonte: Sanó, 2016

8. Unidade de tratamento de peixe na comunidade de Ankadak A técnica de fumar peixe é usada para conservação do peixe para consumo e comercialização por membros da comunidade



9. Sede da principal ONG operante em Urok (Tiniguena).



Fonte: Sanó, 2016